

“SURF” NAS ONDAS DO TEMPO: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista¹

Paulo Fábio Dantas Neto

RESUMO: O carlismo é uma política *baiano-nacional* nascida de aspirações modernizantes de uma elite regional, nos marcos da chamada *revolução passiva* brasileira e na perspectiva de um *autoritarismo instrumental*. Adota, como diretriz, simultânea atuação na política institucional, na estrutura da administração pública e na interface destas com o mercado e, como estratégia, a sustentação regional da *ordem social competitiva*, ligando-se, pragmaticamente, ao campo político liberal. Com o declínio do poder pessoal do senador ACM, nota-se alterações na política e no estilo de atuação do grupo. Pode-se dizer, por isso, que a Bahia ingressou no “pós-carlismo”? A política carlista declina com o seu chefe? As mudanças em curso descharacterizam-na ou são inflexões para preservá-la? O presente artigo discute estas e outras questões, através de sintética remissão às origens do carlismo, da análise do processo de construção, ampliação e erosão de sua hegemonia regional e de sua influência na política nacional, procurando indicar como a aceleração do processo erosivo enseja a estratégia transformista de um “carlismo pós-carlista” e discutir condições de êxito dessa estratégia.

PALAVRAS-CHAVE: carlismo, modernização, hegemonia, transformismo, pós-carlismo

Um paradoxo notável no cotidiano político atual dos baianos é o fato de que, num lugar onde até pouco tempo se discutia como seria o dia seguinte à saída de cena do senador Antônio Carlos Magalhães (e, com ele, do carlismo, grupo político sob seu comando), assis-

¹ Este trabalho foi elaborado, sob o título *Do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista*, para exposição no IV Simpósio do Observatório Social do Nordeste realizado em Teresina e Natal (02 a 05.12.03), pela Fundação Joaquim Nabuco, em colaboração com Programas de Pós-Graduação das Universidades Federais do Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco. A presente versão modifica e amplia a que foi apresentada no Simpósio e que será publicada no *site* da referida Fundação. Serve-se, como a versão original, de dados e reflexões oriundos de pesquisa para tese de doutoramento, em fase final de redação.

te-se à sua lenta agonia política pessoal, ao lado de sintomas de que o carlismo lhe sobreviverá.

Paradoxo menos evidente, mas certamente mais relevante, é que a antecipação processualizada do dia seguinte oferece ao grupo uma chance de continuidade pela retomada da orientação que lhe vinha sendo dada pelo deputado Luís Eduardo Magalhães, morto prematuramente, em 1998, quando partilhava com o pai o comando do carlismo. Consiste em adotar posição política mais definida e mais aderente ao campo político liberal, temperada por estilo de direção menos impositivo e mais tolerante para com diferenças internas, embora não menos conservador na defesa de posições políticas conquistadas, nem mais flexível na disputa por novos recursos de poder. A diferença é que a reorientação, antes "natural", pois partida de um "príncipe hereditário", agora precisa ser feita, não só apesar de ACM, como contra seu comando. São, contudo, mudanças que não despojam os políticos nela envolvidos da condição de carlistas. No máximo, pode-se falar em carlismo pós-carlista, um grupo não mais dirigido monocraticamente.

Impossível eliminar incertezas da conjuntura. Este texto pretende moderá-las de modo a que não se tornem impeditivas de uma visão mais "estrutural" da política baiana. O termo estrutura não tem aqui o significado forte, conceitual, de constrangimento externo à política (embora constrangimentos dessa natureza não sejam ignorados na análise), mas alude a um sentido de permanência que empresta caráter de ordem ao cenário em que ações políticas transcorrem.

Sob tal premissa, o carlismo histórico (e sua inflexão recente) será tratado como instituição da política baiana e nacional, parte constitutiva e constituinte de uma situação política que, sem reivindicar-se singular, é um arranjo regionalmente peculiar de elementos presentes na política brasileira do último meio século e, ao mesmo tempo, a projeção nacional dessa "síntese" política regional realizada em contexto político autoritário e de fraca polarização ideológica.

O itinerário da exposição será, primeiro, a caracterização do lugar histórico ocupado por ACM em resposta a requerimentos - anteriores a 1964 - de elites baianas incorporadas a um certo campo político nacional; segundo, o modo de renovação dessa demanda, durante

a década seguinte – quando o carlismo se constrói enquanto grupo político regional, iniciando, ao final do período, sua trajetória de fenômeno baiano-nacional² – o que permite definição mais precisa do próprio termo carlismo; terceiro, análise do binômio carlismo/anti-carlismo, elemento marcante da política baiana desde meados dos anos 70, cumprindo papel de relevo para a hegemonia alcançada pelo grupo, nos anos 90; quarto, análise da erosão do poderio carlista – do poder pessoal de ACM, em particular - a partir de 1999; por fim, a indicação de como a aceleração do processo erosivo, em 2003, abriu uma oportunidade à afirmação de um carlismo pós-carlista.³

SEM ELOS PERDIDOS: premissas do carlismo, como força regional (1954-1967)

A proposição do sub-título difere de duas versões contraditórias sobre a origem do domínio carlista, ambas consagradas em círculos políticos, jornalísticos e até acadêmicos: a de mera reiteração oligárquica e a de sua imposição autoritária, via regime militar, à sociedade do lugar.

A compreensão da natureza dos requerimentos da elite baiana exige que a visão retrospectiva recue a meados dos anos 50, quando, na chegada da Petrobrás à região de Salvador, aquela elite confrontava-se com o *enigma baiano*,⁴ incapacidade de modernização e industria-

² O termo é tomado de empréstimo à socióloga Maria Brandão, que o criou (Brandão, 1994), para qualificar um idioma, ou “língua franca” que, para ela, assume diferentes conotações no Brasil contemporâneo, conforme sua utilização no contexto regional ou nacional.

³ O fenômeno do carlismo, e/ou a personalidade política de ACM têm sensibilizado, para além do farto debate político e jornalístico dos últimos anos, pesquisadores e analistas de diversas áreas do conhecimento acadêmico, fato evidente em trabalhos como Souza (1997), Cordeiro (1997), Almeida (1999), Carvalho (2001), D’Araújo (2001), Rubim (2001), reflexões às quais foi até aqui possível adicionar outras, em Dantas Neto (1997; 2000; 2001; 2002).

⁴ Entre diversas abordagens do tema do “enigma”, como foco ou como elemento subsidiário de análise, ver Aguiar (1958), Almeida (1951), Azevedo (1975), Brandão (1997), Guimarães, (1982) e (1987), Oliveira (1987), Risério (1993) e (2000), Tavares (1966), Teixeira & Guerra (2000) e Viana Filho (1984).

lização enfatizada em comparações desfavoráveis com outros centros urbanos, especialmente Recife.⁵

A este "atraso" a elite governante local procurou, entre 1947 e 1954, responder com iniciativas modernizantes de cunho liberal, que pretendiam fazer o progresso (inclusive industrial) aflorar a partir do reforço da dinâmica agro-mercantil tradicional e do capital bancário que se acumulara na região. Tal estratégia esbarrava, de um lado, na depreciação dos termos de câmbio no mercado internacional, fator sempre associado a políticas encetadas pelo estado nacional e, de outro, na escassez de recursos materiais e humanos disponíveis ao governo baiano. Assim, a melhor expectativa despertada com a chegada da Petrobrás era a captação de *royalties*, que se queria ver convertidos em recursos adicionais, postos à disposição das elites regionais para a execução de projetos de há muito acalentados.

Outra, como se sabe, foi a opção do estado nacional, empenhado em estratégia industrial focada na região Sudeste, cujo desdobramento foi a homogeneização do espaço econômico nacional (Oliveira, 1973; 1987), sob hegemonia de capitais ali situados. Em vez de reforço ao papel diretivo de burguesias regionais, incrementou-se a capacidade de planejamento e intervenção do Estado, cujo corpo técnico, crescentemente insulado, torna-se formulador e diretor de políticas. Assim, praticamente anulam-se as chances de implementação da estratégia liberal, que tivera no governo Octávio Mangabeira (1947-

⁵ A idéia do "enigma" foi apontada por Chico de Oliveira, em *O elo perdido* (Oliveira, 1987), como um caso de atribuição indevida ao conjunto da sociedade baiana de um traço que singularizava a sua elite. Em parcial convergência com essa abordagem, o professor Nelson de Oliveira recebe o tema do *enigma* como discurso elitista dissimulador da violência econômico-social causadora do persistente atraso baiano (Oliveira, 2000). Por outro lado, peculiaridades do processo de urbanização acelerada da região de Salvador, iniciado na segunda metade dos anos 40, foram analisadas, sob vários aspectos e diferentes perspectivas metodológicas e disciplinares, por, dentre outros, Brandão (1978) e (1980), Gordilho Souza (1990), Mattedi, Brito & Barreto (1979), Santos (1956) e (1959), Souza (1978) e Souza & Faria (1980). Numa perspectiva comparativa entre Salvador e Recife, desdobramentos dessa urbanização e sua associação com a industrialização regional nos anos 70 foram estudados em Brandão (1985). E a industrialização baiana, de *per se*, foi foco de sistemática análise, sob perspectiva histórica, em Azevedo (1975). Recentemente, através da revista Bahia Análise & Dados (SEI), têm sido divulgados estudos, pesquisas e artigos que atualizam e desdobram o tema. Ver especialmente artigos retrospectivos publicados em dois volumes especiais da revista, editados sob o título "Leituras da Bahia".

1951) seu momento máximo de fermentação e no isolamento daquele líder político, com o retorno de Vargas ao poder, sua curva de inflexão.⁶ Logo, economia e política nacionais convergiam para sepultar a hipótese de reiteração oligárquica e apontar, às elites baianas, um caminho alternativo de superação do *enigma*.

A ocasião veio nas eleições de 1954, quando ascende ao governo baiano uma coligação de forças até então rivais, reunidas por obra de Getúlio Vargas: a UDN juracisista,⁷ o PTB getulista e uma dissidência do PSD, liderada por Antônio Balbino, eleito, assim, governador, depois de ter o capital político inflado por Vargas.⁸ A coligação derrotada reunia a fina flor da elite liberal do Recôncavo,⁹ seus ramos agrícola, mercantil e bancário; seus mais destacados intelectuais – atuantes na academia e na imprensa, mormente do jornal *A Tarde* – e notórios políticos, inclusive o então governador, Régis Pacheco, e seu antecessor, Octávio Mangabeira.

A ascensão de Rômulo Almeida à Secretaria da Fazenda do governo Balbino (1955-1959), no papel de introdutor da função plane-

⁶ Mangabeira, um dos artífices dos entendimentos nacionais entre UDN e PSD durante o Governo Dutra (1946-1951) tentou articular, a exemplo do que ocorrera no plano estadual baiano em 1947, no qual elegeu-se governador, uma aliança entre os dois partidos na eleição presidencial de 1950. Frustrado o plano pelo lançamento de candidato próprio do PSD, pavimentou-se o caminho para a vitória de Getúlio Vargas (PTB) e Mangabeira ainda teve de amargar o apoio de seus companheiros autonomistas baianos à candidatura do ex-ditador, em troca do apoio deste à candidatura de Régis Pacheco (PSD), ao Governo da Bahia. Derrotando Juracy Magalhães(UDN), Régis governou de 1951 a 1955, período em que Mangabeira guardou distância e silêncio da política baiana.

⁷ Comandada, na Bahia, por Juracy Magalhães, tenente de 30, que fora interventor (1931-1934) e governador do estado (1934-1937), além de primeiro presidente da Petrobrás, pela mão de Vargas. No pleito de 1954 elegeu-se senador pela chapa de Balbino e, sob sua liderança, Antônio Carlos Magalhães estreou na vida política, elegendo-se, no mesmo pleito, deputado estadual pela UDN e tomando-se, por mais de uma década, um notório juracisista.

⁸ Por escolha de Vargas, Balbino foi relator, na Câmara, da Lei 2004, que criou a Petrobrás e, depois, ministro da Educação (1953-1954). Discussão detalhada das eleições de 1954 e do processo político transcorrido na Bahia entre 1947 (eleição de Mangabeira) e 1959 (término do governo Balbino) está em Dantas Neto(1996).

⁹ Região situada em torno da baía de Todos os Santos, que abrange a outrora opulenta área da cultura da cana e dos engenhos e usinas de açúcar, à qual Salvador foi ligada, no passado, como porto, entreposto mercantil-financeiro e sede administrativa estatal. O advento da Petrobrás, e a posterior demarcação, com a industrialização, da sua Região Metropolitana, criou para a capital outros laços econômicos, dela isolando o Recôncavo tradicional.

jamento no Estado baiano, foi marco tardio de consolidação da Revolução de 30 na Bahia. Ali desenhou-se o mapa da mina que guiou a elite estadual à conciliação com a modernização nacional. Mesmo que aqui e ali, inclusive através do próprio Rômulo, protestos continuassem quanto ao "tratamento" dispensado à Bahia pelas políticas macro-econômicas e cambiais do governo federal, entre 1955 e meados da década seguinte formou-se um consenso entre os vários ramos da elite baiana: a modernização local não seria feita nem apesar, muito menos contra, prioridades e interesses do estado nacional. Logo, o processo de convencimento e sedução das elites baianas pela via pragmática da associação ao que vinha politicamente "de cima" e economicamente do "centro-sul" começa antes de ACM.¹⁰

Embora programas governamentais estaduais do início dos 60¹¹ insistissem em conciliar o objetivo industrial com a dinamização do mundo agrícola (Santos & Oliveira, 1988), "sabia-se" e aceitava-se a idéia de que a industrialização da Bahia dependeria menos da recuperação do setor primário mas, sobretudo, do desdobramento direto das atividades da Petrobrás num parque petroquímico que alterasse radicalmente a estrutura econômica do estado. O problema, então, era saber como arrancar do centro político nacional a decisão viabilizadora da nova alternativa. O cenário do governo Goulart (1961-1964) era desfavorável ao pleito,¹² ainda que houvesse tentativas de entendimento, por parte do governo estadual e círculos importantes da elite baiana.

¹⁰ O esclarecimento original dessa ancestralidade devemos a trabalhos do sociólogo Antônio Sérgio Guimarães, sobre a formação de uma moderna sociedade de classes na Bahia (Guimarães, 1982; 1987).

¹¹ Governos de Juracy Magalhães (1959-63) e Lomanto Jr. (1963-67), este, especialmente, em seu primeiro ano.

¹² A idéia da integração da Bahia a um projeto nacional era verbalizada por sucessivas administrações federais. A implantação da Sudene, no governo JK (1956-1961), foi, na perspectiva do conjunto da região Nordeste, um marco institucional importante nessa direção. Apesar disso, os governos mantinham, quanto a aspectos que afetavam interesses da Bahia (política cambial, agro-indústria e a questão dos *royalties*), uma política que Rômulo Almeida denominava de "madrasta", não havendo alteração relevante durante os períodos governamentais de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). Só depois do golpe militar, a elite baiana, já concentrada na estratégia industrializante e integrada ao jogo do regime autoritário – que incluía o esvaziamento político da Sudene – começa a contabilizar vitórias na disputa por recursos federais e pela inclusão da Bahia em projetos nacionais relevantes.

Ainda mais desfavorável, para esses círculos, era o clima de radicalização política e mobilização social que vigorava no país. Os pólos do contencioso político baiano (o liberalismo conservador e o populismo empreendedor, saliente desde os anos 50) reproduziam traços de comportamento político freqüentes na Bahia: o personalismo e o bloqueio à inclusão republicana dos “de baixo” em arenas institucionais. A combinação peculiar desses dois traços – que, em si mesmos, não conferiam singularidade à política baiana, nem à nordestina – sacrificava o pluralismo político, visto como um complicador para a concretização daquilo que então passou a se entender por “interesse baiano” (Guimarães, 1987).

Essa percepção do auto-interesse modernizante regional demonizava o conflito social, por considerá-lo um solvente da idéia da Bahia una e cordial, cuja defesa, articulada no discurso apologético da *bahianidade*,¹³ ganharia, mais tarde, sob ACM, foros de racionalidade religiosa.

A ideologia não revelava, contudo, um jogo entre aparências e uma “essência”. Ancorada numa sociedade concreta, onde vigora uma forte religiosidade popular, mas onde também habitam interesses objetivos historicamente arraigados e com implicações políticas concretíssimas, com poder de formatar relações sociais e inspirar discursos culturais plenamente “reais”, essa ideologia legitimava mudanças sem perda de elos com um passado onde a desigualdade e o despotismo político, realidades que a modernização preserva e reproduz, fincam suas raízes.

¹³ Segundo o jornal A Tarde, naquele tempo seu mais conspícuo porta-voz, a bahianidade era um “sentimento” que as “circunstâncias fizeram que medrasse e crescesse apenas na Bahia”, devotado a “coisas nobres, generosas, elevadas” e constituído ao longo de “4 séculos de civilização”, o que particularizava a Bahia e os bahianos – “aqueles a quem a vida identificou profunda e realmente com a Bahia” (A Tarde, 11.05.1950). Esse discurso fora antes politicamente encamado, durante a resistência da elite baiana à Revolução de 30 e ao Estado Novo, pelo movimento autonomista por um governo bahiano e civil. Adiante tomou-se recorrente o seu uso conservador, como negação ideológica da alteridade e do pluralismo, quer dizer, dos que não “pensam, sentem e crêem como “nós” – únicos capazes de “acalantar” e “compreender” esse “ideal” (A Tarde, 11.05.1950), que se sobrepunha a diferenças e conflitos sociais. Trata-se, por assim dizer, da auto-proclamação de um sentido de comunidade na qual a obediência política era dever cívico de todos, embora a cidadania fosse apanágio de alguns “homens-bons”.

Mais que *contrafação do moderno*, na reiteração dissimulada da tradição oligárquica (Oliveira, 2000) e menos que ruptura disfarçada na *aparência de continuidade* (Oliveira, 1987), tratava-se da versão baiana do *conservantismo moderno*, ascendente no Brasil (Cardoso, 1973), o qual orientou a maior parte da elite regional nas eleições de 62 ao governo do estado, quando a infiltração do tema da reforma social na pauta eleitoral foi por ela captada como ameaça. Ao contrário de Pernambuco, onde venceu Miguel Arraes, na Bahia o caminho nacional-popular foi repellido, sendo este o sentido da vitória de Lomanto Jr. sobre Waldir Pires, naquele pleito.¹⁴

A combinação de atraso oligárquico nos "grotões" e forte apelo de temas sociais nos centros urbanos não conferia competitividade eleitoral ao discurso do conservantismo moderno, daí que esse campo – no qual estava Antônio Carlos Magalhães – não se unificou através de candidato próprio, programaticamente comprometido, mas aglutinou-se, majoritariamente, na linha do menor risco, em torno da candidatura "municipalista" de Lomanto Jr., opção que se revelaria eficaz no contexto do golpe militar, quando o governador aderiu à nova ordem e submeteu-se à udenização de seu governo e da política baiana.¹⁵ Tem-se aqui, na incorporação transformista daquela liderança populista, um traço conspícuo do processo baiano no pós-golpe, que decerto facilitou a metabolização do contencioso político estadual numa futura síntese carlista.

Uma campanha anti-comunista¹⁶ exorcizou, eleitoralmente, elementos republicanos que poderiam questionar a *via passiva* que aglutinava o campo do conservantismo moderno. Aliando-se a interesses regressistas do espectro político baiano, esse campo político antecipava, em dois anos, a lógica que seria mote do golpe militar: em nome da modernização econômica com tranquilidade social, pregava a saída

¹⁴ Por mais que a retórica populista e a circunstancial filiação petebista do vitorioso sugerissem outras avaliações.

¹⁵ Ameaçado de deposição por sua ligação com Jango até a véspera do golpe, Lomanto Jr. foi preservado no cargo mediante acordos com os militares e sob fiança do comando udenista baiano. Uma reforma do secretariado diminuiu a autonomia política do governador, com a inclusão de militares e técnicos em postos-chave e a exclusão do governo de partidos adversários da UDN, que passou a exercer influência incontestável na política baiana.

¹⁶ Movida não só contra a esquerda, mas principalmente contra a candidatura de Waldir Pires e outros pessedistas.

de cena de supostos inimigos de uma e outra, abrindo caminho a uma democracia átona, sem “irracionalidade” sindicalista e ideologias “exóticas”. Mas os agentes locais da *modernização conservadora*¹⁷ baiana só aderiram ao golpe na segunda metade de 1963 e à ideia de institucionalizar um regime autoritário, ao final do governo Castelo (1964-67). Tal cronograma guardou sintonia fina com a maior parte do campo político liberal brasileiro, sinal de que o projeto de modernização regional transcendia o ambiente paroquial.

O golpe militar não representou ruptura, só ajustes, nos planos modernizantes da elite baiana. Ao contrário, removeu obstáculos que, no plano nacional, interpunham-se ao seu projeto e, ainda, abriu brecha ao protagonismo de grupos políticos regionais¹⁸ que se faziam porta-vozes daqueles interesses modernizantes. Esses grupos passaram a atuar em contexto compatível com a adoção da perspectiva política que Santos (1998) chamou de *autoritarismo instrumental*.¹⁹

A adesão à *via prussiana* (Coutinho, 1984)²⁰ era – assim como antes a aceitação do modelo industrialista e a opção de realizá-lo via *revolução passiva* em sentido “fraco” (Vianna, 1997b)²¹ – condição de

¹⁷ Uso a expressão tal como difundida a partir da caracterização, por Barrington Moore Jr., das modernizações “pelo alto” (Moore Jr, 1983), em que a autoridade política, enquanto constrange a ação de grupos situados fora da ordem estabelecida, promove mudança social politicamente orientada, compatibilizando interesses e valores de elites modernizantes e conservadoras. Desta abordagem aproxima-se Fernando H. Cardoso em Cardoso (1985).

¹⁸ Sobretudo a UDN, da qual Antônio Carlos Magalhães era o presidente, na Bahia.

¹⁹ A expressão tem, para o autor, sentido demarcatório de nuances entre diversas posições autoritárias incidentes sobre a política brasileira. Expressa uma atitude em favor do uso pragmático de mecanismos institucionais autoritários como artifício apenas temporário e voltado à concretização de metas (em geral, econômicas), diferindo de outras posições, que defendem ideologicamente o autoritarismo político (e até o totalitarismo), seja como derivação natural de presumida desigualdade básica entre elites e povo, seja como resposta racional a condições históricas criadas em sociedades complexas, cuja configuração seria “imprópria” ao exercício da democracia.

²⁰ Expressão leniniana, de uso hoje difuso (assim como modernização conservadora), com a qual é convergente a caracterização de Barrington Moore Jr., das modernizações *pelo alto*. Em Coutinho, ela comparece para evocar o caráter coercitivo de que se revestiu o processo de industrialização e unificação política da Alemanha na segunda metade do século XIX em analogia à experiência histórica do Estado brasileiro, cujo autoritarismo, nos marcos de revoluções passivas, serviria para limitar demandas por mudança a arranjos de conteúdo social conservador.

²¹ O conceito gramsciano - denotativo de processos de mudança social de longo curso onde se ausenta um elemento antitético ativo, de ruptura política - é aqui

acesso daqueles interesses ao novo centro de decisão política. Pela reflexão de Guimarães (1987), os militares sucederam à tecnocracia nacional-desenvolvimentista na direção política da modernização regional, à qual a burguesia baiana já renunciara antes.

A recepção entusiástica da elite baiana a essa via (*passiva e prussiana*) e o seu peso político-eleitoral, preservado com a eleição de Lomanto Jr. e potencializado com a adesão deste à nova ordem, renderia ao regime militar um longo consenso político na Bahia e um plantel de quadros técnicos ascendentes à burocracia federal, a serviço de prioridades ditadas pelas políticas econômicas. Em troca, o golpe e a orientação política do governo Castelo Branco foram funcionais aos udenistas baianos e, além disso, a Bahia logrou, sob o regime militar, a expansão econômica desejada, mercê de espaços de influência nacional concedidos à sua liderança política e a quadros técnicos que aos poucos foram sendo estrategicamente situados.²²

De outro lado, essa "simbiose" dissolveria até fisicamente a burguesia regional (certos grupos mais relevantes deixaram de ser "regionais", para se integrarem ao novo quadro), submeteria trabalhadores e camadas médias baianas a um ambiente político ultra-despótico, marcado por truculência e carisma (Franco, 1995) e restringiria o campo da ação da "vontade política" na formulação e execução de estratégias complementares de desenvolvimento regional ou de políticas públicas capazes de reverter um quadro de concentração de renda

compreendido em dupla chave interpretativa, conforme a proposição de Webeck Vianna, distinguindo-se revolução passiva como programa de ação estratégica de elites estabelecidas (acepção mais corrente, presente em Coutinho (1984) e qualificada de *revolução passiva em sentido fraco*) de revolução passiva como critério de interpretação de cursos históricos, cenário sistêmico permeável, também, à ação política de grupos antitéticos à ordem estabelecida, através da qual é possível, mesmo no marco de uma revolução passiva, *permitir a dinâmica da mudança ultrapassar a da conservação* (Vianna, *op.cit.*, p. 30).

²² A elite política baiana esteve, nesse período, afinada com o processo nacional de formação de quadros técnicos profissionalizados para o exercício de funções públicas. Assim como Rômulo Almeida, ao exercer cargos governamentais na Bahia, antes de 64, esteve atento a este processo, os udenistas influentes no governo Lomanto Jr. assumiram, não importa se por convicção ou pragmatismo político, o discurso gerencialista que, através de uma reforma administrativa, buscava autonomizar a administração pública e sua gestão em relação a práticas oligárquicas. Neste ponto ACM foi, não um pioneiro, mas o governante que, aprofundando a tendência, dela extraiu consequência política, usando-a para neutralizar grupos tradicionais e submetê-los a seu comando.

e exclusão social. Chamar de modernizante tal cenário provoca compreensível reserva ética, por se associarem, geralmente, ao termo, significados positivos. Lidando cautelosamente com o adjetivo, mas sem paralisia diante da ambigüidade substantiva do moderno, comento, a seguir, o processo político baiano pós-golpe, onde a primeira idade do carlismo histórico é coetânea dessa modernização.

A CONSTRUÇÃO DAS PREMISSAS DO CARLISMO BAIANO-NACIONAL (1967-1978)

De 1964 a 1967 a tessitura da obra política carlista dera-se em ambiente palaciano e nacional. A influência de Juracy Magalhães²³ aproximou dois quadros políticos baianos que já desfrutavam de alguma visibilidade, no plano nacional - Luís Viana Filho²⁴ e Antônio Carlos Magalhães²⁵ - da cúpula do grupo castelista que, em 1966, os indicou para ocupar, respectivamente, o governo do Estado e a prefeitura de Salvador, durante o quadriênio seguinte.

Mas se este ato foi crucial para o advento do carlismo na Bahia, não o foram menos, como se viu, os lances da política baiana entre 1954 e 1966, dos quais Luís Viana e Antônio Carlos emergiram como porta-vozes de reivindicações endógenas das elites locais, demandantes de um *mix* de continuidade e mudança, um “príncipe transformis-

²³ Político de prestígio popular e chefe de um grupo político (o juracisismo) com grande enraizamento no estado, governara a Bahia pela segunda vez (1959-1963) e foi personalidade de proa nos primeiros anos do regime militar, quando exerceu o cargo de embaixador nos EUA e de ministro, das Relações Exteriores e da Justiça.

²⁴ Político e intelectual oriundo de família com ramificações no Recôncavo e na região do São Francisco, cujo pai - o Conselheiro Luís Viana - governou a Bahia no início da Primeira República. Iniciara sua vida pública nos anos 30, nas fileiras autonomistas, sob a liderança de Octávio Mangabeira, tendo exercido, até 1964, seis mandatos de deputado federal, já sendo, portanto, antes do golpe, um quadro político experimentado e com alguma projeção.

²⁵ Embora jovem, Antônio Carlos já não era, no início do regime militar, político obscuro, ou ainda restrito ao plano regional. Depois do mandato de deputado estadual (1955-1959), exercia seu segundo mandato federal e, mesmo sem integrar o primeiro time da Câmara, era próximo a políticos influentes (destaque ao ex-presidente JK e a “banda de música” da UDN), tinha atuação ruidosa e agressiva, de cunho denunciante (mormente contra o governo Jango, nos 6 meses anteriores ao golpe), relatara uma CPI, presidira outra, coordenara a campanha de Juracy Magalhães pela indicação udenista para concorrer, em 1960, à Presidência da República e ocupava a presidência da UDN baiana, cargo obtido depois de ter sido o deputado federal mais votado do partido, nas eleições de 1962.

ta" comprometido, simultaneamente, com as pautas modernizantes nacionais de 1930 e de 1964 e com as modulações políticas regionais do liberalismo e do populismo,²⁶ figurino quadrimensional que ACM e seu grupo encarnariam como nenhum outro ator político. Crucial também foi a fase posterior, quando, em pouco mais de uma década, uma liderança regional exercida em condomínio, sob aval militar, conquistou o comando pessoal e monolítico do estado e alçou vôo em direção à política brasileira, articulado com o poder militar e uma tecnocracia ascendente sob o regime autoritário, mas também com interesses de ponta do capitalismo nacional, sua bússola liberal.

Nos limites restritos do campo político regional em que se forjou, onde claras antíteses estavam ausentes, a síntese carlista – obra de simultânea estratégia de coação e cooptação de aliados e adversários políticos, operada sob proteção e patrocínio do regime autoritário e em contexto de modernização do estado e de consolidação de uma classe média urbana – dissolveu aporias e nuances, reunindo, sob o bordão da modernização econômica, o que se pode chamar, usando categorias de análise mobilizadas por Vianna (1994), de ânimo estatal *ibérico* (territorialista, personalista, centralizador e formatador da economia e da sociedade) e de *ethos* liberal, evidenciado no resumo da obra: advento, na Bahia, de sociedade de mercado *americanizada* por cima, onde, já nos anos 70, flagrava-se, enredada na teia dos empreendimentos estatais, a *abissal assimetria*, a que alude o autor citado, entre economia, política e organização social.

A síntese revogava, ainda, uma disjunção endógena à política baiana, no interior da qual fixara-se a linha da modernização conservadora. Refiro-me ao confronto entre um liberalismo radicado na tradição agro-mercantil-financeira e um populismo quase sem operários, nascido da urbanização sem industrialização, duas décadas atrás. O populismo, em parte cooptado pelos vitoriosos de 1964, foi incluído no repertório de práticas da elite dirigente, da qual o pluralismo políti-

²⁶ Transformismo aqui é referido em seu sentido gramsciano original (Gramsci, 1978), como processo - próprio de revoluções passivas em sentido fraco - de gradativa consolidação de blocos no poder mediante cooptação molecular de personalidades e grupos de oposição, movimento voltado à neutralização antecipada de conflitos e conseqüente conservação da ordem, ainda que com traços de mudança derivados da metabolização, pelo bloco no poder, de aspirações pontuais das forças cooptadas.

co, e não o populismo, era o adversário a ser removido (Dantas Neto, 2000).

A estratégia dessa síntese quadridimensional (iberismo/ americanismo; liberalismo/populismo) valer-se-ia da coerção, mas também buscava, por décadas, uma hegemonia cultural só lograda, como se verá, durante a democracia dos anos 90, quando a hegemonia tornou-se “necessária”, pela maior espectro de interesses que uma pretensão de síntese teve que passar a considerar.

De 1967 a 1974 o carlismo afirmou-se como a principal força da ARENA na Bahia, embora se mantivesse, ainda, como grupo político apenas estadual. A Prefeitura de Salvador (1967-1970) serviu de vitrine administrativa e trampolim político e o esforço prosseguiu durante o primeiro mandato de governador de ACM (1971-1975), quando, ao tempo em que mantinha a sociedade civil baiana sob forte constrição autoritária, investia contra bases político-eleitorais de grupos conservadores rivais, no intuito, em parte consumado, de neutralizá-los, ou pulverizá-los.²⁷

O carlismo renovou, gradualmente, os quadros dirigentes da administração estadual, nela introduzindo, em grau inédito – e em sintonia, como já visto, com o processo nacional de profissionalização da burocracia estatal - jovens técnicos que, obstruídos os canais de participação política, passavam a crer naquele tipo de mecenato insulado como caminho de infiltração do moderno no aparelho de governo, opção que trazia para eles a vantagem adicional, nada desprezível, de realização profissional pessoal e, para alguns, acesso tutelado ao então fechado mundo do poder. Em linha com esse “entrismo” estranho à tradição dos grupos políticos locais, os primeiros passos do carlismo já eram dados em direção ao fomento de (e interação com) atividades econômicas diversas do perfil agro-mercantil-financeiro

²⁷ A afirmação do poder pessoal de ACM deu-se, principalmente, contra bases do juracisismo e dos ex-governadores Lomanto Jr. e Luís Viana Filho. Este último cumpriu, aliás, em 1970, papel fundamental, ainda no exercício do governo, como articulador político nacional junto ao governo Médici e como arregimentador das bases arenistas estaduais, com vistas à escolha de Antônio Carlos, pelo comando militar, para sucedê-lo no cargo. Cabe, contudo, frisar que a estratégia de ACM, uma vez no poder, não se resumiu à coerção. Recorreu a mecanismos de acomodação e cooptação, sendo exemplo disso o manejo hábil das sublegendas, na política municipal.

predominante na Bahia: conflitos com o comércio e finanças estabelecidos, em torno da política tributária, compensavam-se com aproximação ao Banco Econômico, articulações em prol da petroquímica e o fomento de um mercado imobiliário capitalista numa Salvador enfitêutica.²⁸

Já então insinuava-se um traço que jamais deixaria de marcar o carlismo: a simultânea ação na política institucional, na estrutura da administração pública e na interface de ambas com o mundo do mercado. Nos vértices formados por esses três *fronts*, ou “momentos”, de atuação, a política obedecia a duas diretrizes articuladas: desmonte ou esvaziamento de instituições e valores poliárquicos (Dahl, 1997) existentes ou em gestação na política baiana e a construção, no chão social da Bahia, de um mercado capitalista – nacional e internacionalmente conectado, ainda que carente de alicerce econômico local – e um estado autoritário capaz de alavancá-lo.²⁹

Apesar da transformação urbana de Salvador, da racionalização administrativa do Estado e de sucessivas vitórias na política industrial – colhidas, desde a gestão de Luís Viana, com a implantação definitiva do Centro Industrial de Aratu e a fixação, contra interesses paulistas, do Pólo Petroquímico de Camaçari³⁰ – ACM encerrou seu primeiro governo com duas derrotas: nas relações econômicas, a venda, em 1973, estimulada pelo governo federal, do centenário Banco da Bahia (BBa) ao Bradesco, na contramão dos seus planos de criar, via fusão

²⁸ Durante sua gestão à frente da Prefeitura de Salvador, ACM promoveu uma “reforma urbana” que converteu em mercadoria, mediante alienação, grande quantidade de terras públicas até então aforadas sob contratos em que ao foreiro era garantido o domínio útil do imóvel, mas não sua propriedade plena. O fato de boa parte das terras estar situada em áreas de expansão da cidade, por meio de grandes obras viárias, conferiu-lhe súbito valor de mercado.

²⁹ Duas premissas institucionais do que Florestan Fernandes chamou *ordem social competitiva* (Fernandes, 1976).

³⁰ Além do já citado trabalho de José Sérgio Gabrielli de Azevedo (Azevedo, 1975), há, especificamente sobre a história do Pólo Petroquímico de Camaçari, o relato memorialista de um dos seus principais atores (Viana Filho, 1984), uma análise histórica, econômica e da estratégia política dos agentes envolvidos, formulada por Suarez (1986) e depoimentos de Rômulo Almeida (Almeida, 1980; 1986), principal idealizador de uma estratégia para a industrialização baiana e um dos seus mais decisivos articuladores junto a meios empresariais e à burocracia estatal federal, papel que exerceu mesmo estando politicamente neutralizado e profissionalmente estigmatizado pelos detentores do poder político na Bahia, especialmente a partir do primeiro governo ACM.

do BBA com o Banco Econômico, uma base de sustentação econômica para a almejada hegemonia política regional; no plano político, o insucesso, em 74, na indicação do seu sucessor, impedida por articulação reativa dos demais grupos arenistas, a qual levou Roberto Santos³¹ ao governo (1975-79).

Os reveses puseram a nu os limites do carlismo enquanto resposta regional aos reclamos ligados à solução do *enigma baiano*. Nos dois episódios desfez-se a veleidade de uma dominação autárquica da Bahia por um sátrapa periférico ao regime autoritário. E mostrou-se a necessidade de elevar o carlismo à condição de ator baiano-nacional, sem o que nenhuma supremacia estável seria obtida na Bahia, face à radicalidade da centralização decisória, superlativizada durante o governo Médici. A rigor, sem este salto de qualidade que extremasse a magnitude dos recursos de poder de ACM daqueles retidos por seus rivais, não seria possível falar em carlismo, salvo como situação conjuntural, o que não atenderia ao sentido da ação de ACM: inscrição permanente do grupo na estrutura da política baiana, como ocorreria após 1978.

O salto foi dado em 1975, a partir da ocupação, por ACM, da Presidência da Eletrobrás. Pesquisa sobre extensão e circunstâncias dessa sua primeira *performance* executiva nacional ainda está por ser feita, mas as evidências do papel estratégico daquela estadia na trajetória do carlismo são eloqüentes. Datam daí as relações doravante próximas entre ACM e segmentos do empresariado nacional; o início da constituição de um grupo econômico, a princípio regional, a ele ligado diretamente; as suas primeiras incursões importantes na burocracia estatal brasileira; a recuperação – sob Geisel e na indicação do General Figueiredo para sucedê-lo – do grau de influência palaciana

³¹Médico e professor até então sem projeção política, fora reitor da Universidade Federal da Bahia e presidente do Conselho Federal de Educação. Suas relações com Antônio Carlos datavam da infância, uma vez que seu pai, Edgard Santos, primeiro reitor da mesma universidade, fora uma das *amizades de resultados* (Almeida, 1999) que abriram portas a Antônio Carlos, no início da carreira política deste. Apesar disso – ou talvez também por causa disso – Roberto Santos não era nome do gosto de ACM para sucedê-lo. Admitido, por mera formalidade, numa lista tríplice enviada pelo governador ao governo federal, sua escolha expressou uma coalizão de veto das demais lideranças arenistas contra o real nome carlista, o então prefeito de Salvador, Clériston Andrade. Consumado o revés, dele ACM não passou recibo e tentou uma aproximação com o escolhido, recusada durante todo o mandato.

que desfrutara durante o Governo Castelo Branco e a reconciliação, sob sua supremacia, dos diversos grupos da ARENA baiana, antes conflagrados contra si, por conta da política expansiva de seu grupo, adotada durante o seu primeiro governo.

Um amplo acordo arenista garantiu, em 1978, o retorno de ACM ao governo do Estado,³² revelando, sem meios termos, o quanto as posições políticas dos vários grupos arenistas eram condicionadas por uma convergência de fundo da elite à qual eles se reportavam, em torno da liderança carlista. Acirradas rivalidades pessoais passavam a plano secundário, desautorizando interpretações de que o "personalismo" impedia o exercício da "grande política". Ao contrário, o poder pessoal a viabilizava em contexto político autoritário, garantindo aos "interesses baianos", situados nos vértices entre política, administração pública e mercado, a continuidade de um tratamento diferenciado, por parte do Estado nacional, pacto do qual ACM era o fiador. Aos demais grupos políticos da ordem sobrava a partilha de fatia cada vez mais exígua do varejo político, ou o isolamento, pois na Bahia do exitoso conservantismo moderno objeções ao carlismo havia apenas em ambientes privados. O espaço público era surdo e quase mudo.³³

³² Coube a Luís Viana Filho indicar seu filho, Luís Viana Neto, para vice-governador; a Jutahy Magalhães, herdeiro sanguíneo do juracisismo, ferrenho opositor de ACM dentro da ARENA, que alimentava a expectativa de ser o escolhido para o governo, destinou-se a vaga de senador "biônico", na prática, uma nomeação. E a Lomanto Jr., que mantinha prestígio popular, embora seu grupo fosse o mais fraco na luta interna do partido, restou a missão de disputar e conquistar a vaga eletiva ao Senado, com o apoio dos demais, especialmente de ACM, o mesmo que, alguns anos antes, usara a máquina do Estado para varrer o "lomantismo" do mapa político baiano. De fora do acordo ficou apenas o governador Roberto Santos, que sequer compareceu ao ato público em que aquele foi sacramentado, migrando, dois anos depois, com a extinção da Arena, para o PP de Tancredo Neves.

³³ Por justiça histórica devo citar o papel oposicionista desempenhado pelo *Jornal da Bahia*, durante o primeiro governo de ACM e parte do tempo em que este presidiu a Eletrobrás. Pagando alto preço, o jornal foi vítima de asfixia material, pela retirada dos anúncios do governo estadual e intimidação de anunciantes privados. Resistiu bom tempo, sustentando posição politicamente ambígua, pois alinhava-se ao governo Médici para tentar se defender das perseguições do poder estadual. Mas, por ocasião do acordo arenista de 1978 havia jogado a toalha e por pouco não foi vendido a interesses ligados ao seu próprio algoz que, para tanto, contou com a colaboração intermediadora de um poderoso grupo empresarial baiano, que já então possuía projeção nacional.

Quanto ao MDB baiano, apenas engatinhava, enquanto partido de oposição. Tive ocasião de analisar, em outro trabalho (Dantas Neto, 2000), a sua defasagem na constituição de uma frente democrática contra o regime militar. Tal se deu por uma conjunção de fatores dentre os quais avulta o próprio consenso conservador que perfilou a elite baiana ao carlismo, além da ação transformista de ACM de infiltrar no partido oposicionista, desde o início dos 70, uma corrente adesista que lhe tolheu o crescimento e a capacidade de galvanizar a insatisfação, que crescia na Bahia, desde 74, como em todo o país, das camadas médias urbanas. Só no final da década o MDB passou a dialogar com a sociedade civil e a se organizar com visibilidade no estado.

Contrariando impressões de senso comum, a consolidação do carlismo como força política baiano-nacional coincide com o declínio do regime militar. A conciliação de 1978 é, neste sentido, um marco. A partir dela o carlismo não é mais um grupo, entre outros (ainda que o mais forte), de arenistas baianos, mas UMA POLÍTICA praticada, sob comando centralizado, por um agrupamento que atua, regional e nacionalmente, na política institucional, na administração pública e em interfaces de ambas com o mundo do mercado para respaldar os movimentos de seu chefe,³⁴ enquanto ator de “grande política”, no bloco de forças dominantes na política brasileira, ligadas à afirmação da ordem social competitiva.

A ação transcorre sob condições de revolução passiva, padrão da modernização brasileira (Vianna, 1997a) para cuja sustentação historicamente contribuíram alianças de interesses econômicos capitalistas *de ponta* com elites políticas dominantes em regiões ditas atrasadas, razão porque o discurso reivindicatório regionalista do grupo conciliasse, assim como o anterior a 64, com a subordinação a prioridades estratégicas do Estado nacional. ACM concorre, nacionalmente, com políticos de outras regiões, ao privilégio de ser selecionado para o papel acima referido. Já no plano regional, é ele mesmo o condutor político do processo seletivo.

³⁴ Chefia unipessoal que passou a ser partilhada com Luís Eduardo, quando este ingressou na grande política nacional, em fins dos anos 80. Com sua morte, em 98, voltou, por breve tempo, à unipessoalidade e, atualmente, face ao desgaste político de ACM, é objeto de disputa entre este e o que chamo de carlismo pós-carlista.

As sociedades política e civil baianas mostram-se maleáveis à modificação parcial e contínua na composição de blocos hegemônicos de poder, mediante cooptação e incorporação de personalidades e/ou grupos originários da oposição, desativando, previamente, eventuais focos de ruptura política. A marcação da dança transformista é feita pelo binômio carlismo/anti-carlismo, cuja força vigora na Bahia, durante as duas décadas seguintes, de modo tão intenso que este formato de disputa e seu conteúdo político surgem, em muitas análises da política baiana e na prática efetiva de seus atores, alienados dos seus aspectos institucionais e tomados como parte da “natureza das coisas”, isto é, singularidade da Bahia, incorporada à sua cultura e estrutura políticas, pela configuração, dita também singular e/ou atrasada, de sua sociedade.

CARLISMO E ANTI-CARLISMO: dicotomia a serviço de uma hegemonia (1978-1998)

O binômio aludido no sub-título resume o contencioso político baiano, grosso modo, desde o final dos 70, quando avançou a transição democrática. Já então o comando de ACM sobre os quadros da ARENA e da administração do estado firmara-se de modo incontrastável, até porque, durante o segundo mandato de governador (1979-1983), operando num tempo político em que se tornavam mais complexas as partilhas de um varejo político emagrecido pela crise de legitimidade do regime que apoiava, usou o poder que lhe foi dado pelo acordo de 1978 para acabar de anular os grupos rivais, cujos resíduos somar-se-iam à oposição, na década seguinte. Conseqüentemente – e simetricamente –, no campo oposicionista, as alternativas políticas estreitavam-se no leito único de frentes eleitorais anti-carlistas, acomodando, sob discurso em registro negativo e escassa definição programática, atores políticos de variados matizes.

Se o cenário maniqueísta guardava sintonia com o regime autoritário agonizante no país, tornar-se-ia peculiar ao se manter praticamente intacto no retorno da democracia política. Mesmo depois que o carlismo, em 1986, sofreu ampla derrota eleitoral, a política baiana continuou pautada pelo binômio, apenas invertido o sinal da contenda, ao se instalar, no estado, um governo cujo perfil tinha como traço

mais nítido o anti-carlismo. Assim foi até a *fênix* carlista, ou seja, a retomada do poder estadual por ACM, em 90, desta vez pelo voto (Dantas Neto, 2000).

Nesta nova fase há uma inflexão tática no carlismo – sintonizando-o ao tempo neo-liberal que se firmava – no qual cumpriu papel primordial o Deputado Luís Eduardo Magalhães. Apesar de importante, não deixou de ser mais uma entre várias inflexões observadas na trajetória de ACM e seu grupo, todas elas realizadas, por outro lado, no interior de um mesmo campo político. Em 64, como se viu, os udenistas baianos ajustaram seus planos às circunstâncias do golpe; entre 67 e 70 fizeram acrobacias para que sua condição de castelistas de primeira hora não os castigasse durante o período de Costa e Silva, AI-5 e Médici; já ator autônomo, ACM reviu sua estratégia depois dos revezes de 73 e 74; e contorcionismo bem mais arriscado permitiu-lhe embarcar, em 84, afinado com o campo liberal, mas com assento personalizado, na canoa de Tancredo Neves.

O episódio da adesão à *Aliança Democrática* (1984/85) é, aliás, emblemático da capacidade de ACM de extrair vantagens de situações agonísticas dos governos que apóia. Mantendo-se em posição de solidariedade ao General Figueiredo por mais tempo do que a maioria do campo liberal-conservador ao qual era ligado nacionalmente, tirou proveito dessa condição tanto para auferir recursos de poder, enquanto o governo os propiciou, como ao aderir à candidatura de Tancredo Neves, não em bloco, mas como força individualizada. A mesma perícia para mover-se com eficácia em contextos de penumbra, próprios de situações-limite, revelou ao manter-se ao lado de Sarney nos estertores do seu governo (1985-1990) e ao ser um dos que apagaram a luz do governo Collor (1991-1992) para, em seguida, fazer oposição ao governo Itamar Franco (1992-1993), mas com o foco dirigido, já em parceria com Luís Eduardo, à reforma liberal da economia, que haveria de ser o cimento da aliança entre PFL e PSDB, em 1994. Também nessas “transições”, se o compasso da ação era pessoal, o pano de fundo (o *script*) coincidia com o do campo político liberal e, mesmo no compasso diferenciado, o interesse do grupo carlista e seu chefe tinha sempre o cuidado de se manifestar acoplado à antiga mística do “interesse baiano”.

O que singulariza a experiência dos anos 90 é que, dessa vez, não só a articulação nacional muda, mas com ela precisou mudar todo um modo de exercer o poder regional que, ainda em jargão gramsciano, passou, ao longo da década, da simples dominação à hegemonia.³⁵

Antes que se veja na análise histórica aqui empreendida a atribuição de sentido democratizante à reciclagem liberal do carlismo nos anos 90, assinalo que o processo não contradiz, ao contrário, realça e pereniza traços do período anterior, deixando à Bahia um legado ideológico de "pensamento único", que afirma o moderno ao passo em que trunca o pluralismo político.³⁶

Compõe esse legado um padrão aclamativo de legitimação, sendo o carlismo o demiurgo de uma "nova" Bahia, imagem reforçada, ao longo dos anos 90, pelo prestígio nacional do grupo e pela atualização midiática do tema da baianidade. Já sem o "h" aristocrático (Brandão, 1994) de outrora, esta passa a ser, na forma hegemônica que o carlismo adquire em contexto pós-autoritário, o cimento ideológico que aspira conectar elite e povo, mantendo assimetrias sociais, mas subsumindo potenciais contestações, ao recorrer ao costumeiro *ethos* tecnocrático – proclamador do "arrojo" e "tino" administrativos da elite dirigente – e métodos de cooptação da sociedade civil. Na simulação de uma monocracia,³⁷ uma interdição democrática, na qual a política, vítima de racional estratégia de neutralização, naufraga em es-

³⁵ Como se sabe, a situação hegemônica caracteriza-se, para Gramsci, quando determinado bloco de forças detém, mais que o controle de aparelhos coercitivos próprios da sociedade política (o Estado *strictu sensu*), que configuram a dominação, também o predomínio cultural (intelectual e moral) na sociedade civil, a partir da incorporação, à sua própria política, de elementos da cultura dos dominados. Logo, é importante considerar que hegemonia não exclui coerção, mas a complementa, dando lugar a que se afirme a supremacia de um dado bloco de forças em sociedades de tipo *ocidental* (onde a sociedade civil "situa" politicamente o estado, ampliando-o) como *hegemonia revestida de coerção* (Gramsci, 1978).

³⁶ A observação procede por ser comum usarem-se os adjetivos moderno, liberal e democrático como quase sinônimos e vincular-se, automaticamente, o termo hegemonia, quando contraposto a dominação, a uma condição alcançada por meios democráticos. O caso do carlismo é, no entanto, de modernização econômica sem liberalismo político; e de hegemonia obtida mediante alinhamento ao campo liberal, na contramão de uma *práxis* democrática.

³⁷ Simulação porque, sob o invólucro do poder pessoal, atualizava-se um longo arranjo, socialmente enraizado.

paço público algemado, limítrofe da religião.³⁸ Nada, a rigor, singular, mas tudo peculiar e reiterado como paradoxo, à medida em que o País, constitucionalizado e estabilizado, cria-se mais laico, moderno e plural.

Durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso esse traço de hegemonia regional a muitos pareceu anacronia, quando projetou sua sombra sobre a política nacional, rendendo a ACM e seu grupo uma influência que causava espanto.³⁹ Como sempre ocorreu, a este reforço nacional correspondeu, reativamente, reforço simétrico do anti-carlismo estadual.

Parte da responsabilidade por esse dito “atraso” político baiano na contemporaneidade cabe ao próprio carlismo, a cuja reprodução política interessava a reiteração obsessiva do maniqueísmo. Aí reside, inclusive, uma armadilha que hoje ameaça o grupo, pois o seu êxito nessa reiteração esterilizou o ambiente político a ponto de privar o binômio carlismo/anti-carlismo de uma efetiva dinâmica bi-polar. O acúmulo de poder em um dos pólos emasculou o outro e desenhou um cenário de *situação dominante*,⁴⁰ no qual degenerou-se a hegemonia alcançada nos anos 90. Na falta de adversário viável, uma metástase endógena é o modo pelo qual o poder carlista segue reproduzindo tecidos “esclerosados” como se fossem sãos, num processo auto-

³⁸ A nova abordagem da cultura baiana, pelo carlismo dos anos 90, busca, para este, um *status* de religião oficial da baianidade. Opondo cidadania política e vida cultural, limita, pela dissuasão, a primeira e enaltece virtudes estéticas da segunda, acercando-se da religiosidade popular e, mais recentemente, do tema da negritude, acoplado ao elogio da mestiçagem brasileira e da cordialidade baiana, atualização relevante não só pelo apelo eleitoral, mas pelo peso que relações raciais vêm tendo no delineamento da questão democrática em Salvador.

³⁹ Por ser maior, aliás, do que a exercida no governo Sarney, quando foi capaz de garantir interesses políticos e empresariais na Bahia, mas o peso de Ulisses Guimarães e do PMDB prevalecia em questões decisivas, só sendo possível a ACM disputar a primazia ao final do período, beneficiando-se do isolamento político do presidente.

⁴⁰ A expressão está sendo usada aqui no sentido de uma situação caracterizada pela presença, em contexto pluripartidário, de um *partido dominante*, tal como definido por Jean Charlot (Charlot, 1982, p. 200-207), isto é, um partido cujo domínio incontestável conduz, de um lado, a estabilidade crescente e, de outro, a representatividade limitada e a eventuais ilegitimidades do sistema político, esclerose do poder e despolitização dos cidadãos. A presença desses elementos no cenário político baiano, se este for visto em processo, e, mais, a consideração do carlismo como “meta-partido” conduziram, neste trabalho, à analogia com a definição de Charlot.

destrutivo muitas vezes tratado como última novidade, quando já deita algumas raízes no tempo.

Também a oposição contribuiu para esse cenário de esterilidade política, ao tratar o carlismo como persistência fantasmagórica de coronelismo, termo de uso tão largo quanto inapropriado, ao se reportar a um personagem que sempre esteve, no balcão da política tradicional, do lado oposto ao que estava o coronel, isto é, como encarnação do Estado que, cada vez mais, dava as cartas e subordinava, a seus desígnios, declinantes oligarquias tradicionais. Estas só obtinham, do ascendente poder do dirigente estatal, a garantia (mesmo assim, em termos) de conservação do *status quo* agrário e concessões cada vez mais magras na ocupação de cargos públicos, desde que em troca de absoluta fidelidade político-eleitoral, a qual, via de regra, passava, não só por adesão ao governo de candidaturas oligárquicas aos Legislativos, mas por gradual imposição, a líderes interioranos, de nomes palacianos, noviços tecnocratas vindos de camadas médias urbanas, através dos quais o carlismo seguia o *script* modernizante. É, como se pode ver, uma lógica diversa da coronelística, mesmo que se desvincule, metaforicamente, a figura do "coronel" do sistema político da República Velha, que funda o conceito clássico (Leal, 1976).⁴¹

A subversão do conceito de Nunes Leal pela oposição baiana, estimulada pela mídia sudestina e bolsões anti-carlistas sobreviventes na imprensa local, foi subestimação suicida do adversário, pois desprezava a principal razão de sua hegemonia: o fato do carlismo ter sido, por 3 décadas, o protagonista político, na Bahia, da modernização conservadora brasileira.

A miopia de seus adversários facilitou o êxito carlista em cooptar quadros políticos, intelectuais, artísticos, empresariais e comunitários, convencidos por argumentos pragmáticos a compor ambiente aclamativo de uma hegemonia política exercida sobre uma Bahia mais

⁴¹ Devo excetuar, como caso diverso do uso irrefletido e indiscriminado do termo, um texto de José Murilo de Carvalho (Carvalho, 2001), que procura compatibilizar o conceito de Nunes Leal com sua pertinência à personalidade política de ACM. Ainda que o argumento não considere aspectos da *práxis* carlista, aqui assinalados, que o ligam, também, a um campo político liberal, de perfil americanista, é preciso reconhecer seu poder de persuasão, desde que se o restrinja ao perfil pessoal do senador, sem estendê-lo ao conjunto da ação do grupo e aos seus resultados, analisados no tempo e nos planos da política baiana e nacional.

moderna e diversa do que supunha um estereótipo que chegou ao paroxismo, em 2001, durante o episódio da violação do painel do Senado. Certa opinião pudica, muito freqüente em círculos ligados ao governo federal de então, “esquecia” o papel cumprido pelo carlismo na viabilização de reformas orientadas ao mercado no Brasil e dizia-se chocada com atitudes públicas solidárias a ACM, verificadas no local que ele comandou, politicamente, por 30 anos, quase ininterruptos.

Este auto-engano, que discuti na ocasião (Dantas Neto, 2001), consistiu em explicar a supremacia carlista na Bahia por uma suposta impermeabilidade da sociedade baiana à institucionalização da política. Mal disfarçando preconceitos regionalistas, essa suposição desconsiderava a gradual legitimação da lógica do interesse na cultura política baiana e sua crescente relevância na vida institucional do estado. Efeito não antecipado da própria modernização carlista inaugurada nos anos 70, esse traço explica melhor do que a etiqueta de coronel o apoio obtido por ACM em, por exemplo, amplos segmentos do mundo artístico e do entretenimento na Bahia, *locus* de uma absorvente racionalidade instrumental derivada do culto ao mercado e do estiolamento de valores republicanos na Bahia onde o carlismo reinava.

A suposição de que a Bahia se perfilava ao “coronel” foi reiterada na eleição de 2002, quando o carlismo conservou o governo estadual, manteve a representação senatorial e elegeu numerosas bancadas legislativas, federal e estadual. O crescimento do PT no Estado, lento e seguro desde o início da década passada, foi tomado como mero efeito de uma “onda Lula” e até na ampla vitória deste no pleito presidencial na Bahia houve quem notasse o dedo onipotente de ACM. A mitologia era persuasiva pela impressão ainda vigente, embora contestada por fatos concretos, de que não havia, no horizonte político baiano, contraste possível ao poder do carlismo.⁴²

Até 1998 o carlismo reciclado aproximava-se, realmente, de uma conclusão indolor de sua transição rumo à integração plena e

⁴²No intuito de questionar essa interpretação escrevi, logo após aquele pleito, um artigo (Dantas Neto, 2002) no qual afirmava que a Bahia já ingressara no “pós-carlismo”, argumentando que isso não significava fim do carlismo ou revogação de sua posição proeminente, mas o bloqueio ao comando monocrático de ACM sobre seu grupo e a política baiana, que já transitava, concluía o texto, da realidade de *partido dominante* (Charlot, 1982) para uma bi-polaridade competitiva, sendo pólos um neo-carlismo, menos monolítico, e um neo-petismo, mais pragmático.

competitiva ao campo político liberal. Influyente na política nacional e detendo amplos espaços de poder na administração federal (mais amplos do que explica o seu peso eleitoral e a relevância econômica da Bahia, mesmo que se considere que ela detém o sexto PIB do Brasil), o grupo, já comandado em parceria por pai e filho, expandia-se a ponto de ostentar a condição de um "meta-partido", dominante e hegemônico.

De fato, o PFL baiano era a sigla mais importante de uma constelação de satélites que gravitava em torno de um comando central, cujas diretrizes valiam como bula, tanto para a organização interna das legendas, como para a ação parlamentar (o carlismo ostentava maioria qualificada e disciplinada na Assembléia Legislativa e coesa e eficaz ação no Congresso Nacional) e as estratégias eleitorais (política de alianças, organização de chapas, hierarquização dos redutos a serem contemplados pela ação governamental). Além do carlismo *stricto sensu*, distribuído por quatro legendas (PFL, PTB, PL e PPB) e do seu núcleo duro, mais assentado no PFL, a hegemonia carlista havia capturado outras siglas menores e chegava até ao PMDB, tradicional adversário.

Na administração, a idéia-força que inaugurou a década, com a reconquista do governo estadual, continha-se no trinômio publicitário "ação-competência-moralidade" (A-C-M), embora, na prática, os três atributos, além de formarem, com as iniciais, a sigla do personagem central da *fênix*, convergissem para o leito único do ajuste fiscal. Aliás, a Bahia foi, na primeira metade dos 90, um dos laboratórios onde se descobriu modos de extrair prestígio político e aclamação social de uma cartilha administrativa e financeira de cunho impopular.⁴³

Naquele mandato de ACM (1991-1995), exercido, parte sob Collor (em contexto de tempestade política nacional), noutra sob Itamar Franco (com quem sustentava relações nada amistosas), pouco se viu de investimento em obras, grandiosas ou não, programas estruturantes, inovação em serviços, políticas públicas, ou ações administrativas de impacto sobre a economia e a sociedade, exceção talvez ao que diz respeito à área cultural que, nas gestões carlistas, terminou virando, ao mesmo tempo, carro-chefe da construção de imagem e sub-área da

⁴³ Aqui há convergência com a experiência iniciada anos antes no Ceará, conforme analisado em Bonfim (1999)

função turismo. O apelo midiático completava-se com a ostentação da paixão incondicional pela Bahia e com um espírito de revanche contra os seus “inimigos”, quer dizer, os que a governaram no quadriênio anterior e a teriam enterrado no abismo do qual o ajuste fiscal haveria de tirá-la.

Sem embargo da análise crítica, política e administrativa (que aqui não cabe, por fugir ao foco do artigo) das gestões dos governadores peemedebistas Waldir Pires (1987-1989) e Nilo Coelho (1989-1991), a responsabilização de ambos, na campanha carlista de 1990, pela “destruição” da obra modernizadora anterior não resiste ao confronto com o quadro crítico das finanças estaduais legado pelas últimas administrações carlistas⁴⁴ e com o contexto de dificuldades econômicas (dívida externa, inflação, ausência de estratégia de desenvolvimento econômico) e crise fiscal do Estado, a nível nacional, em que tais administrações transcorreram. Para essa desqualificação dos governos dos adversários, a ocupação do Ministério das Comunicações foi estratégica, pois, além da influência que ACM pôde exercer sobre decisões federais, rendeu-lhe uma posição privilegiada no controle dos meios de comunicação do estado.⁴⁵

Em contraste com o governo de ACM, a primeira gestão de Paulo Souto (1995-99) foi o tempo da colheita farta, na administração e na política, de bônus oriundos da rígida poupança de recursos do período antecedente, da nova situação política nacional sob FHC e da expansão hegemônica do grupo no Estado, sob comando conjugado de ACM e Luís Eduardo Magalhães.

⁴⁴João Durval Carneiro, cujo governo (1983-1987) foi alvo de denúncias de corrupção e má gestão de recursos públicos, com contratações em massa de servidores por indicação política e grande endividamento por conta da construção da barragem de Pedra do Cavalo, exerceu todo o seu mandato sob tutela política de ACM e somente no início dos anos 90 consumaria seu rompimento com o chefe. E já durante o segundo mandato do próprio ACM (1979-1983), vinha se configurando a quebra do Banco do Estado da Bahia, cuja gestão promoveu sua instrumentalização política, na campanha eleitoral de 82. Todos esses processos tiveram desdobramentos durante o governo de Waldir Pires, que a propaganda carlista acusa de ter operado a “destruição” da Bahia.

⁴⁵Como se sabe, durante a gestão de ACM no ministério a família Magalhães obteve, para um canal de TV de sua propriedade, então recentemente criado, os direitos de transmissão da programação da Rede Globo na Bahia.

Um largo consenso blindava a performance administrativa carlista, que gozava de reputação de estabilidade, eficiência e austeridade, valores sagrados em tempos neo-liberais, ainda que entre a imagem de finanças saneadas e a realidade adversa dos fatos houvesse uma fronteira tênue. Esta cedeu, na seqüência, ao esforço empreendido, a partir de 1999, de levar para a Bahia uma fábrica da Ford, através do qual dissipou-se a propalada capacidade de investimento do Estado, alcançada com o ajuste fiscal do início da década e através da privatização da empresa de eletricidade. A adequação à Lei Camata passou a depender, a partir de 99, da dispensa do Tesouro estadual do pagamento de aposentados, manobra que legou ao futuro incertezas sobre a solvência do recém-criado fundo previdenciário estadual, ao qual foi repassado o ônus.

EROSÃO DE UMA "SITUAÇÃO DOMINANTE" (1999-2002)

Os anos de 1999 a 2002 que, segundo os planos, deveriam ter sido o prelúdio de um apogeu (a gestão estadual de Luís Eduardo Magalhães, plataforma de seu virtual lançamento como pré-candidato à sucessão de FHC), terminaram sendo os do início da administração da crise, durante o mandato de César Borges,⁴⁶ período em que a racionalização de métodos cedeu ao retorno de um estilo unipessoal de comando, a expansão regional do grupo estancou, além de ter diminuído sua influência na política nacional. Reforçou-se mais a percepção do governo do Estado como departamento do carlismo e este voltou a agir como se fora só projeção da sombra de ACM. A impressão era de que tudo voltara ao último ponto de recomeço, isto é, ao apelo carismático de 1990. Mas não havia, na verdade, passado a revistar e sim, ladeira a descer.

A morte súbita de Luís Eduardo desorientou e, na seqüência, trincou a política carlista. Mas se foi um infortúnio que deflagrou a erosão do poderio do grupo, seu fermento foi a conduta politicamente pouco virtuosa que o senador ACM passou a observar. Comprometendo a fama de *PbD* em política, que lhe atribuiu Collor, iniciou, co-

⁴⁶ Completado pelo vice, Otto Alencar, por desincompatibilização do titular, candidato ao Senado, em 2002

mo é do conhecimento geral, uma queima de navios que, em meses, o colocou num fogo cruzado, em pé de guerra com simultâneos adversários, inclusive segmentos do seu partido. Além disso, cometeu atos anti-republicanos⁴⁷ fragilizadores de sua retaguarda política que, sendo sólida e vinculada a uma hegemonia real, pôde retardar a combustão e evitar o naufrágio. Mas a virtual impermeabilidade da hegemonia carlista cedeu aos fatos e ao proveito que deles tirariam adversários e aliados, antigos e novos.

Os primeiros reflexos das derrotas feriram a aura de onipotência e infalibilidade que cercava o poderio carlista (Dantas Neto, 2001), percepção compartilhada por Carvalho Neto (2001). Privado desse anteparo mitológico, o grupo ficou à mercê da pura lógica dos interesses. Por isso, à medida em que refluía seu peso em Brasília, começou a perder também o controle sobre importantes recursos de poder na Bahia: rompimento do PMDB; defecção de deputados; confronto com o movimento estudantil; greve radical das polícias estaduais; oposição de *A Tarde*, principal órgão da imprensa escrita baiana; limitação, pela Rede Globo, do uso político da sua repetidora na Bahia, propriedade da família Magalhães e perda do controle sobre o TRE e a cúpula judiciária do Estado, tudo isso formando uma cadeia de eventos erosivos, que se precipitaria sobre o cenário eleitoral de 2002. Nas urnas o desempenho refletiu a erosão. Mesmo vencendo no conjunto da Bahia, amargou derrota em Salvador e em outras das maiores cidades baianas, além de ver crescer muito a oposição de esquerda em todo o Estado.⁴⁸

Mas as urnas refletiram também, além da erosão, a radicação social do carlismo na Bahia, pois sem admiti-la não se entende como o grupo manteve sua retaguarda eleitoral no patamar anterior (históricos 30%) mesmo com a aura suprimida e os recursos de poder sensi-

⁴⁷ Refiro-me, mais uma vez, ao episódio da violação do painel do Senado Federal

⁴⁸ Na eleição para governador, por pouco não houve um 2º turno que lhe seria adverso (por conta da provável sinergia decorrente da união contra si dos blocos opositoristas que disputaram separados o primeiro turno e, aí sim, dos efeitos mais que prováveis da “onda Lula” na reta final) e nas eleições legislativas as vitórias do carlismo *lato sensu* (núcleo duro, mais aliados) tiveram, quando muito, sabor de sobrevivência, face à perda, em relação ao pleito de 98, de 25% da bancada federal e 17% da estadual. Análise mais detalhada do desempenho eleitoral do carlismo e da oposição nas eleições de 2002 na Bahia podem ser encontradas em Dantas Neto (2002).

velmente reduzidos, nacional e localmente. Conservação do patamar de votos e perda de força política em razão do resultado eleitoral: para esclarecer a aparente contradição é preciso analisar, no lado da oposição, alguns movimentos, já antes ensaiados, que ganharam velocidade entre 1998 e 2002.

Fortaleceu-se, como em todo o país, o campo de esquerda i-mantado pelo PT, beneficiado pela maré montante, também nacional, da insatisfação com o governo federal. Outros segmentos da oposição anti-carlista, especialmente PMDB e PSDB, em franco desgaste, vislumbraram, para compensar inconvenientes do seu governismo nacional, oxigênio provinciano na crise pessoal do senador. De fato, em 2001, o PMDB beneficiou-se de defecções carlistas na área política, mas a ilusão acabou nas urnas, que reduziram a força do partido (e a do PSDB) a nível inferior ao de 1998, consolidando, na política baiana, a tendência a uma bi-polarização carlismo/PT.

A *situação dominante* que reinava em 98 revogava-se graças ao estancamento da expansão do carlismo e ao avanço da esquerda sobre o espólio da outra banda da oposição e sobre o saldo da marcante queda da alienação eleitoral historicamente alta na Bahia carlista, notoriamente a dos votos em branco.⁴⁹ Este fato sugere um comentário qualitativo: a interpelação do carlismo enquanto força política dominante na Bahia depende, em grande medida, da capacidade da oposição adquirir visibilidade como real alternativa de poder, o que não ocorreria até 1998.

Da análise desses e de outros dados das eleições de 2002 emergiu a idéia da transição pós-carlista, inferência que qualifiquei como uma *prospecção no vácuo* (Dantas Neto, 2002). Considerava, naquele quadro, a possibilidade de que viesse a ocorrer, na oposição, a atenuação da lógica da frente anti-carlista, deslocamento que refletiria o papel do governo Lula como novo móvel de aglutinação. A esta modulação mais propositiva, moderada e menos provinciana do discurso

⁴⁹ A alienação eleitoral na Bahia - que explica, em parte, como o carlismo pôde ser força dominante, conservando um patamar eleitoral em torno de 30% do total do eleitorado - caiu de 56%, em 1998, para 37,6%, em 2002, percentuais, também neste caso, referidos ao conjunto do eleitorado. Já os votos em branco, especificamente, caíram de 17,9 para 3,7%, no mesmo período, logo, tiveram variação negativa de quase 80%. Maiores detalhes e comparações com resultados de outros estados e com médias nacional e regionais estão em Dantas Neto (2002).

oposicionista⁵⁰ chamei de *neo-petismo*, que poderia virtualmente nuclear uma *esquerda pós-carlista*, não circunscrita, em sua estratégia, ao binômio carlismo/anti-carlismo.

De outro lado, raciocinando ainda sobre a transição ao pós-carlismo como novo cenário, considerei o grupo de ACM desafiado a retomar o rumo interrompido com a morte de Luís Eduardo ou expor-se a erosão mais radical de sua base eleitoral. Em conexão, cogitei da quase óbvia hipótese do segundo governo Souto ser mais autônomo face à liderança pessoal de ACM.

ACM E CARLISMO: fim de uma sinonímia em cenário pós-hegemônico

O balanço político de 2003, na política baiana e nacional, indica que a transição se completou, evidenciando o cenário pós-carlista que, em finais de 2002, era mais uma conjectura.

A erosão do carlismo ampliou-se. Os espaços perdidos não foram retomados e abriu-se nova temporada de revezes, a partir de denúncias⁵¹ que, além de provocarem desgaste ainda não de todo mensurado à imagem de ACM, no tocante à sua vida privada, envolveram diretamente a estrutura do governo baiano. Para além desse fato – e em interação com ele – o antes compacto bloco carlista ficou mais poroso. Se antes já renunciara a planos imediatos de expansão, agora renuncia também ao enquadramento hierárquico de seus quadros e se torna refém de estratégias defensivas, dependentes de acordos internos num grupo antes monolítico. São constrangimentos à sua cultura grupal, repercutindo na retaguarda partidária, na arena parlamentar e na relação com os Executivos que controlam na Bahia: o governo do Estado e, em tese, quase 90% das prefeituras (acordos eleitorais de 2004 dirão quantas ainda são carlistas), inclusive a da capital.

Quanto à estrutura partidária, pode-se dizer que o carlismo vai, aos poucos, ficando do tamanho do PFL, quando já foi, insisto, um complexo *pool* de siglas, que funcionavam como aparelhos institucio-

⁵⁰ Ensaíada, em 2002, no discurso de campanha do candidato petista ao governo, Jacques Wagner.

⁵¹ Refiro-me, agora, ao episódio das escutas telefônicas ilegais realizadas por agentes do governo baiano contra adversários políticos e desafetos pessoais de ACM e denunciadas no início de 2003.

nais de um meta-partido. Os satélites, com ênfase variada, foram deixando a órbita carlista para declararem-se aliados (PP, ex-PPB), independentes (PL) ou em oposição (PTB).

Há implicação recíproca entre a dinâmica de descolamento desses partidos e a atitude defensiva imposta ao comando do grupo pelos riscos de implosão. A complexidade do ambiente interno, aumentando a incerteza, reduz a mobilidade política, levando à recente ineficácia carlista na interlocução com os comandos nacionais dessas agremiações.⁵² A defecção do PTB e a entrega do seu comando estadual a um grupo de ex-carlistas recém-saídos de um estágio no PMDB é caso conspícuo do que acabo de referir; com o PFL nacional, onde a lógica é inversa (pois o comando partidário nacional parece querer se firmar na oposição e encontra no senador ACM um óbice) as dificuldades não têm sido menores. O carlismo "puro sangue" tem sido, então, nesse começo de governo Lula, um intruso incômodo – e necessário – à situação e à oposição.

No plano parlamentar, a orientação de ACM, perseverante na corte ao governo, tem encontrado contraponto na do líder da bancada pefelista, o carlista pós-carlista José Carlos Aleluia. Até aqui a bancada baiana tem votado com o velho chefe, mas a pergunta que não cala é: até quando? Sem acesso fluente, embora cultive simpatias no governo federal, a tendência é do proverbial comando de ACM sobre os deputados federais carlistas depender só do seu prestígio eleitoral e da sua influência sobre o governo estadual.⁵³ De todo modo, a fidelidade da bancada ao senador terá seu teste definitivo até, se tanto, por volta de 2005, quando alinhamentos estarão endereçados à renovação de mandatos, no ano seguinte. Por ora, serve ao varejo da bancada

⁵² No caso das legendas-satélite, quando suas escolhas políticas cancelam a satelitização regional por conveniências referidas ao governismo federal, o ambiente interno do carlismo, já contraído, tensiona-se ainda mais. E no do PFL, são cada vez mais constantes as cenas públicas de dissídio interno, seguidas de malabarismos conciliatórios, sendo sempre o senador ACM uma das pontas do contencioso e da trégua.

⁵³ O prestígio eleitoral de ACM, mesmo que não decline (o que é difícil) tende a contemplar, em grande medida, interesses eleitorais do deputado ACM Neto, reeditando, em 2006, disputa por espaço político dentro do grupo, já problemática em 2002; quanto à influência no Governo Souto persiste, mas também com problemas crescentes.

agradar ACM, enquanto ele não confrontar o governador e for simpático ao governo federal.

Importa, também, o comportamento institucional da bancada carlista no encaminhamento parlamentar de pleitos estaduais. Recente trabalho de Celina Souza sobre relações federativas refletidas na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional mostra que a hegemonia pefelista na representação baiana privilegiava, na discussão do orçamento federal (mesmo antes da fixação de normas nesse sentido), emendas coletivas sobre individuais, indicando cooperação entre bancadas partidárias, no âmbito da representação baiana, a exemplo do que ocorria na do Paraná, que atuava sob a condição antípoda de representação política pulverizada (Souza, 2003).

Este elemento conta para moderar prognósticos – inspirados em estereótipos sobre modernidade e atraso em política – de que a disputa “personalista” entre ACM e setores não carlistas do PFL nacional venha a afetar, de modo relevante, a conduta da bancada do PFL baiano. O que mais parece poder afetá-la são razões institucionais ligadas, primeiro, a interesses administrativos do governo da Bahia, fator ao qual poderá se juntar, na seqüência, a mudança do formato da competição política estadual. Ao transitar da situação de *partido dominante* para a de uma bi-polarização, a política baiana poderá induzir seus deputados federais a trocarem o padrão cooperativo por uma atuação mais próxima da que teve, no período estudado em Souza (2003), a bancada do Ceará, na qual a polarização entre PSDB e PMDB bloqueava a cooperação e as emendas coletivas só começaram a predominar por força de estrangimentos normativos.

Assim, o pós-carlismo, sendo a transição de um simulacro de monocracia à competição bi-polar, mas situando-se aquém do pluralismo político, pode levar, no Congresso, a momentâneo refluxo na reconhecida eficácia parlamentar baiana em defender interesses regionais,⁵⁴ dificuldade adicional às decorrentes da perda de acesso privilegiado a postos e decisões do Executivo, usufruída pelo carlismo durante a maior parte do período FHC. Somadas, as duas mudanças podem, circunstancialmente, reduzir a capacidade da liderança do Esta-

⁵⁴ Até o momento, porém, não se vê sinais dessa mudança e a cooperação segue sendo o padrão.

do de compensar, pela via política, desvantagens impostas pelo arranjo federativo em vigor.⁵⁵

Na Assembléia Legislativa, a unidade de comando do grupo depende ainda mais da relação entre ACM e Paulo Souto. Aí (como no trato com prefeituras e lideranças interioranas), o governador já promove, com cautela, certa demarcação de terreno, que lhe confere – em parte por conta do lugar institucional que ocupa, em parte pelo desgaste político do senador – a primazia no comando político da bancada, ainda que sem ostentação. Apesar desse realinhamento,⁵⁶ não se nota mudança de qualidade no estilo “rolo compressor” que sempre predominou na ação parlamentar carlista, um terreno onde bem se mostra a continuidade entre carlismo histórico e carlismo pós-carlista. A atuação da bancada oposicionista segue, também, via de regra, a tradição de concentrar o combate ao carlismo na pessoa do senador ACM.

Setores mais conservadores da oposição conciliam uma postura confrontacionista, nesse registro do anti-carlismo personalizado, com a simpatia em relação a um virtual “estilo-Souto” de governar, o qual, todavia, continua pedindo confirmação empírica. A conciliação inclui até, em alguns casos, freqüência ao ambiente palaciano e sua acolhida discreta, pelo Executivo, mostra, a um só tempo, a disposição deste de des-

⁵⁵ Desse cenário não se deve concluir pela inconveniência política da quebra do simulacro, mas pela consciência de que ela tem um preço, ressarcível adiante se a competição política na Bahia puder evoluir da bi-polaridade atual para a pluralidade, hipótese que enfrenta, contudo, óbices não pequenos, que vão de hábitos políticos arraigados nas instituições e no comportamento eleitoral dos baianos até cogitações até aqui tomadas públicas em torno de uma reforma do sistema político brasileiro presidida, especialmente no que concerne aos sistemas partidário e eleitoral, pela idéias-força da estabilidade e da seletividade, ainda que em sacrifício do pluralismo. Caso esses balões de ensaio decoleem, poderemos testemunhar o irônico desfecho de uma reforma dita modernizante do sistema político inibir ou mesmo deter a meio caminho o trajeto de superação do propalado atraso político baiano.

⁵⁶ O equilíbrio entre as duas lideranças carlistas, no âmbito da AL, sugerido pela presença de um seguidor de ACM na Presidência da Casa e de um notório “soutista” na liderança da maioria, é mais aparente que real, tendo em vista o isolamento político do referido presidente e o comportamento quase passivo da bancada frente ao progressivo desgaste da imagem do senador. O realinhamento é, porém, apenas interno ao grupo, que conserva praticamente a mesma maioria obtida nas umas e em cooptações pós-eleitorais, contando com 38 deputados fiéis à situação (um a menos que no momento da posse), contra 25 integrantes da oposição.

colar-se, mesmo sem ruptura, da sombra de ACM e a plena vigência, sob Souto, do antigo ânimo transformista do carlismo histórico.

Fantasia adesistas à parte, no governo do Estado e na prefeitura da capital vigora um *ethos* tecnocrático que, embora já compusesse a política do grupo desde os anos 70, é marcante do carlismo pós-carlista, tendo primazia sobre a ostentação do carisma, agora mais complexa, com o desgaste da imagem do senador ACM. Ajustada à agenda liberal, mas sem pauta relevante em privatizações, a estratégia faz uso extenso de terceirizações, dando a parcerias público-privado atributos de panacéia. Adotando sotaque de ONG, gestões carlistas acabam estimulando, ao seu redor, a articulação de redes de negócios de apetites cartoriais, na contramão de argumentos racionais que podem justificar as parcerias como instrumentos suplementares de gestão pública.

Por outro lado, demandas provenientes da sociedade política e da sociedade civil têm cobrado de executivos do carlismo pós-carlista posturas mais institucionais. A resposta tem sido o cumprimento formal dos requisitos de governança, acoplando-os, porém, ao seu estilo despótico de gestão, isto é, conservando o padrão aclamativo de legitimação da liderança política, o andamento *passivo e prussiano* das inovações e o perfil tecnocrático do seu *ethos* modernizante.

Os orçamentos, mesmo legalmente adaptados, seguem inacessíveis ao controle social; temas como o desenvolvimento sustentável são obrigatórios no jargão administrativo, mas relações com os órgãos e entidades civis voltadas ao tema ambiental carecem de transparência; o *Plano Diretor* de Salvador segue determinada tramitação, mas foros de debate são submetidos a ritos sumários; a gestão da saúde pública conforma-se, a partir da segunda metade dos anos 90, a requisitos de participação previstos no SUS, mas a adesão tardia dá-se mediante utilização de redes de influência tradicionais e processos decisórios verticais (Guimarães, 2000), o que inibe, na ponta do sistema, a substância da inovação. Também Ivo (2001) mostra o caráter estratégico de controle do carlismo sobre instâncias de poder municipal, potencializado na década de 90, quando agências internacionais de financiamento normatizam em favor do poder local e a própria refor-

ma do Estado confere a essa instância maior controle das políticas sociais.

Nas relações do governo Souto com o senador ACM não há escaramuças públicas, nem sobressaem, à diferença da gestão anterior, ingerências extra-institucionais. Desde a montagem da equipe de governo⁵⁷ até a neutralidade adotada pelo chefe do Executivo baiano no duelo travado entre ACM e o deputado Aleluia pela liderança efetiva da bancada federal, a aparência é mais de contemporização do que de submissão reverencial dos quadros dirigentes do governo à figura do senador. A auto-imposição de silêncio obsequioso na política e, simultaneamente, a coordenação ativa da administração têm correspondido ao perfil "gerencial" de Paulo Souto.⁵⁸

É difícil avaliar, sem critérios fortemente subjetivos, a conduta do governo estadual em termos de continuísmo ou inflexão, face às gestões da década passada. A linha forte é, sem dúvida, a da continuidade, nos marcos da reciclagem orientada ao mercado. Mas não é simples discernir, nessa continuidade, aquilo que reitera o estilo empreendedor de ACM e o que é automatismo derivado da imersão do aparelho governamental baiano na lógica de prioridades e procedimentos próprios de um padrão globalizado de gerenciamento de políticas públicas.

⁵⁷ Em que a influência de ACM se fez presente mas, afinal, prevaleceram critérios técnicos, ou nomes ligados à confiança pessoal do governador.

⁵⁸ Cito quatro evidências dessa conduta, no primeiro ano de governo: 1) a ex-secretária da Segurança Pública, diretamente responsabilizada pela montagem da central de escuta ilegal no governo anterior, permanece no cargo de diretora da Empresa Baiana de Abastecimento de Águas e Saneamento do Estado e não se leu ou ouviu comentário de Souto a respeito do assunto; 2) A Secretária de Educação nomeada no início do Governo pediu exoneração, ao que se sabe, sob pressão de carlistas ortodoxos, com a complacência da bancada estadual. Mas os que esperavam emplacar em seu lugar um político histórico do grupo frustraram-se com a nomeação da ex-reitora da Universidade Estadual de Feira de Santana, técnica da confiança pessoal de Paulo Souto; 3) A presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, no cargo há várias gestões e pessoa das relações do senador foi, após alguns meses de governo, sumariamente demitida do cargo, hoje ocupado por um quadro sem ligações com ACM; 4) O Vice-Governador Eraldo Tinoco, carlista do núcleo duro, histórico e fiel liderado de ACM, foi, assim como o ex-vice, Otto Alencar, isolado numa secretaria secundária, quando se esperava que a influência do senador lhe pudesse conferir papel mais relevante no governo.

O fato do centro real do poder na Bahia não ter se situado, no primeiro mandato de Paulo Souto, nem na figura pessoal, nem no lugar institucional do governador – cujo perfil em nada aderiria ao de um *barão da federação* (Abrucio, 1998) – permitiu à sua gestão beneficiar-se de insulamento técnico-burocrático radical e da possibilidade de sustentar um discurso universalista, moderno, exercitado, contudo, em ambiente aclamativo, de baixo risco de contestação, pela esterilização política dos conflitos sociais. O escritório de ACM no jornal *Correio da Bahia*, o seu gabinete e o de Luís Eduardo, no Congresso Nacional (e não a Governadoria do Estado ou o Palácio de Ondina), eram os endereços buscados pelo varejo da política tradicional e por pleitos de grupos corporativos ligados à política carlista, dos quais o Banco Econômico foi exemplo notório.

A imagem do aparelho governamental baiano, nos anos 90, era de inovação e gerencialismo austero, mas, como ocorria desde os 70, todas as quatro *gramáticas* de Edson Nunes⁵⁹ eram operadas, pelo meta-partido carlista, nos vértices em que se tocavam política, administração e mercado. As condições “ótimas” de operação do primeiro governo Souto já não existem e hoje a ação carlista lembra mais a imagem da *perfuração lenta de tábuas duras* (Weber, 1985).

Na Prefeitura de Salvador, fatos políticos exemplificam - ainda melhor do que no caso do governo estadual - como aquilo que aqui chamo de carlismo pós-carlista busca preservar, com ajuda de parte da oposição, sua imagem pública do desgaste a que se expõe a do senador ACM.

A capital baiana, anti-carlista dos anos 70 até meados da década passada, foi conquistada pelo grupo em 1996. Como nas eleições de 90, quando ACM retomou o controle do governo do Estado concentrando-se na denúncia da “destruição” da Bahia durante o quadriênio peemedebista e na promessa de restabelecer a prosperidade anterior, o alvo dos ataques na campanha em Salvador foi a gestão de esquerda que findava imersa em dificuldades administrativas e desavenças políticas⁶⁰ e o cenário alternativo pintado foi a reedição da revolução ur-

⁵⁹ Clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos (Nunes, 1997).

⁶⁰ A gestão da prefeita Lídice da Mata (1993-1996), então no PSDB, teve um primeiro ano promissor, apesar da penúria financeira da prefeitura. A coligação de

bana operada por ACM nos anos 60. Mas o apelo principal da campanha, que polarizou a eleição de Imbassahy, foi o convencimento dos cidadãos soteropolitanos – face à experiência concreta de asfixia da gestão municipal findante por um embargo financeiro e um implacável cerco político, nos planos federal e estadual – de que obras públicas, serviços razoáveis e a própria solvência da Prefeitura dependiam da eleição de um prefeito carlista.

Em 2000, essa lógica foi mantida para obter a reeleição do prefeito, mas já então a ela se somava uma avaliação positiva da sua gestão por uma opinião pública ganha para uma concepção utilitarista da sociabilidade urbana, legitimando-se, em detrimento da *polis*, o uso econômico pragmático dos espaços da cidade. Em troca de uma manutenção eficiente – se comparada ao padrão das gestões anteriores – dos equipamentos e serviços urbanos e de acenos freqüentes à geração de empregos por obra de um mercado livre de amarras, a cidade passou a ver como natural e “racional” o tratamento raso, ligeiro e pouco aberto ao contraditório, por parte do poder público, de questões que lhe são culturalmente caras, como a miséria social, a sua configuração racial e religiosa e o seu patrimônio histórico, paisagístico e arquitetônico. Logo, o difícil desafio que a capital lança ao carlismo em 2004 não é o de rever seu discurso ou sua política, mas o de encontrar um nome capaz de representar eleitoralmente a ambos.

Numa cidade onde o carlismo pós-carlista criou asas a ponto de se tornar extra-carlista e beneficiar-se de uma rejeição à figura do senador,⁶¹ a hipótese de uma derrota eleitoral carlista deriva menos da

centro-esquerda pela qual se elegeu mantinha-se unida, embora com tensões, e o município tinha apoio do governo federal. Passou a enfrentar sérias dificuldades administrativas a partir do momento em que foi celebrado o acordo nacional entre seu partido e o PFL de ACM, com vistas às eleições presidenciais de 1994. Além do cerco político do carlismo, lutou contra seqüestros de verbas municipais por um consórcio de empreiteiras que a Justiça por vezes reconhecia como credoras da prefeitura, por conta de obras de gestões anteriores. A partir de 1995, antigas divergências políticas com o PT e outras, mal resolvidas, sobre rumos administrativos do governo, com partidos e lideranças de esquerda a ele ligadas, trouxeram ao cenário já adverso um componente político facilitador da conquista da prefeitura pelo carlismo, na eleição de 1996.

⁶¹ Por ter sua conduta avaliada, pelo jornal de ACM, como pusilânime, no caso do movimento estudantil que, em setembro de 2003, paralisou a cidade contra um aumento de passagens de ônibus, o prefeito Imbassahy passou a ser dado como rompido com o chefe e ganhou, por isso, de setores da oposição e do jornal *A*

força do PT e mais da ausência desse nome, a qual, por sua vez, resulta daquela armadilha a que antes me referi: a revogação do contraditório na cidade, pela imposição de um “pensamento único” esterilizador da vida política, ameaça vitimar o grupo que foi o seu maior beneficiário. A esta armadilha soma-se outra, descendente direta do discurso eleitoral de 96: a cidade acreditou tanto que seu destino dependia, não de uma liderança política bem dotada, mas de um prefeito politicamente adotado “de cima”, que agora o carlismo se arrisca a provar do próprio veneno e assistir Lula decidir a eleição de 2004 em Salvador. As duas armadilhas dão a medida da extensão da metástase política que perturba o grupo.

Na esfera da bancada federal um outro “racha” no carlismo vem sendo comemorado por alguns dos seus adversários, mesmo se mantendo, prudentemente, no prelo. Envolve o deputado José Carlos Aleluia que, dentre os mais destacados carlistas pós-carlistas, é o que mais deve sua projeção ao caráter baiano-nacional do carlismo.⁶² Através dele o carlismo pós-carlista, acompanhando tendência da sociedade civil brasileira e baiana, trabalha a *gramática* do universalismo, nela aperfeiçoa seu discurso liberal e com ela força entrada nos ambientes da “grande política”, inclusive colocando em segundo plano o tema da baianidade. Mas também neste caso o alarde é desproporcional aos fatos, pois a política baiana recente está repleta de indicações de que disputas internas, até contradições, não impedem que os quadros do carlismo ajam no auto-interesse de preservar um patrimônio político que, dilapidado, a nenhum servirá. Se não se dividiram em 2001, quando ainda havia muito poder a disputar e um governo federal ávido por cooptar carlistas, é improvável que o façam agora, quando a hegemonia do carlismo histórico já é poente e a estrela que brilha em Brasília parece apostar numa frente que os exclui.

Tarde, tratamento de anti-carlista, ainda que jamais tenha dirigido qualquer crítica ao senador ou ao grupo, do qual é membro histórico.

⁶² Foi a política nacional sua arena principal de atuação quando estava integrado ao comando de ACM e segue sendo agora, quando lhe faz contraponto, ocupando a liderança da bancada do PFL na Câmara dos Deputados. Ao contrário de Imbassahy e Souto (técnicos ligados a ACM desde os anos 70, promovidos à política, o primeiro nos 80, o outro em 90), Aleluia entrou no PFL por sugestão do ex-ministro Oliveira Brito, antigo prócer do PSD baiano. Afinado ideologicamente com Luís Eduardo Magalhães, sempre teve certa autonomia de discurso.

O alerta procede porque em meio ao tiroteio varejista na conjuntura corre-se o risco de perder a visão do conjunto. A política, mesmo às vezes insinuando o contrário, não é departamento separado da sociedade em que é praticada. O carlismo, insisto, nunca foi mera obra do talento político ou do apetite pessoal de poder de ACM. Sem embargo de ambos, ele sempre foi muito a expressão política de interesses, valores e atitudes de elites baianas e nacionais que apostaram na supressão autoritária do pluralismo para apressar, por cima, uma modernização que lhes preservasse dedos e anéis. Esses interesses, valores e atitudes não se revogam porque a estrela de ACM se apaga. Logo, desse apagamento não resulta o fim do carlismo, enquanto política.

De toda a análise empreendida decorre que, além da transição pós-carlista ter cumprido seu ciclo ao longo de 2003 e já se viver na Bahia a plenitude de um novo momento, bi-polar, já não é mais suficiente falar em carlismo no singular para entender, do ponto de vista ideológico, sociológico e institucional, o grupo político de maior poder no Estado e sua influência nacional. Contra os prognósticos históricos, há que se pensar o carlismo no plural, para além de ACM.

Cabe reconhecer que até aqui o "neo-carlismo" tem sido mais ágil na adequação de seu discurso e prática a esses tempos pós-hegemônicos do que a oposição, ainda presa ao anti-carlismo habitual. Traços de anacronismo, na formulação e ação, ainda prevalecem e isso faz com que, enquanto o carlismo pós-carlista já é ator, a esquerda pós-carlista seja ainda uma virtualidade.

Porém, comando político mais colegiado, estratégias eleitorais defensivas, "pefelização" do "meta-partido" carlista, menor ênfase no carisma, alusão mais enfática à cultura negra na abordagem da baianidade, adaptações da *práxis* administrativa a requisitos de governança, gestões com sotaque de ONG, aderência ao liberalismo econômico e conseqüente redução da face "iberista" do carlismo são inflexões combinadas, funcionalmente, à conservação de traços pilares do carlismo histórico: comando político vertical (ainda que colegiado) sobre bancadas e bases municipais; busca de legitimação aclamativa e neutralização, via coação ou cooptação assimilativa, de atores sociais e políticos de oposição (manipulação despótica de instâncias de partici-

pação da cidadania, uso político da religiosidade popular e aversão pragmática ao pluralismo político e ao conflito social); discurso modernizante politicamente conservador, com valorização de um perfil tecnocrático de gestão e do protagonismo da elite política dirigente; e sintonia com o campo político liberal, via criação de bases institucionais regionais de uma sociedade de mercado e via alinhamento a atores políticos relevantes e interesses econômicos dominantes, no plano nacional. Tudo isso sempre foi e continua sendo a política do carlismo.

A acrobacia dos carlistas pós-carlistas consiste em “surfear” na nova onda do tempo (a rejeição à figura do senador ACM), confiando ao tempo o fim do seu poder pessoal, enquanto cuidam, sob direção mais colegiada, de renovar a imagem do grupo. A operação tem sentido e é preferível ao puro e simples rompimento com o chefe porque o que se quer é evitar o vácuo e conservar o carlismo enquanto política, mantendo seus elos ideológicos, sociais e não apenas eleitorais, que datam de meio século sem jamais terem sido perdidos. Logo, não é uma dissidência que vai à luta, exposta a sol e sereno, mas um movimento de inflexão que tenta concretizar mais uma atualização transformista de uma mesma revolução passiva feita por e para elites baianas e nacionais, hoje decididas, como as de ontem, a eximir-se dos riscos inerentes ao exercício de uma *práxis* republicana e pluralista, em contexto econômico-social modernizado.

A conspirar contra essa empreitada estão a virtual constituição de um campo de esquerda pós-carlista na política baiana e a velocidade do processo erosivo do carlismo, que pode atropelar o *timing* da operação transformista. A seu favor o carlismo pós-carlista conta com a institucionalização da política brasileira - que pode lhe ajudar a vencer mais rapidamente a queda de braço interna com ACM no PFL nacional - e com a miopia política do anti-carlismo tradicional que, conferindo sobrevida mitológica à centralidade política de ACM e à sinómia entre si e o carlismo, atenua a quebrada da onda, poupando esforços aos hábeis “surfistas”.

Miopia e esperteza levam, no caso, ao mesmo lugar. Arremessar pedras em quem já declina, como se o futuro político da Bahia dependesse do destino de uma só pessoa, é um ato que nada produz senão nublarem o olhar retrospectivo da sociedade. É preciso demarcar

fronteira ante esse simplismo de ocasião, lembrando que a história não pode ser contada em panfletos ligeiros e que aventuras despóticas nunca vingam sem os cúmplices e beneficiários do déspota. A modernização política da Bahia não requer revanche pessoal, mas atitude democrática. Sobre ressentimentos e escombros não se erguerá uma Bahia melhor, porque o melhor que podemos desejar é a convivência no pluralismo político, tesouro ignorado pelos baianos. Somos um povo, não mocinhos e bandidos, e há muito a ponderar sobre as décadas de domínio carlista.

Mas a generosidade republicana não é amnésia, nem admite pactos para cancelar acrobacias políticas e escrever, pela enésima vez, a história sob o prisma de vencedores circunstanciais. A eles, nem as batatas! Às elites baianas e nacionais, seus ramos econômico, político e intelectual, devem ser exibidos, sem dramatizações excessivas, os débitos e créditos de nossa modernização conservadora. Há um passado e um presente de violência e omissão a superar, mas também conquistas e um novo mundo social baiano que germinou em chão áspero e que deve ser reconhecido para que a política não se converta em autópsia. A partir daí é possível encarar a reconstrução civil e a invenção democrática que desafiam novas gerações de baianos.

(Recebido para publicação em dezembro de 2003)

(Aceito em dezembro de 2003)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política da USP, 1998.

AGUIAR, Manoel Pinto de. *Notas sobre o enigma baiano*. Salvador: CPE/Livraria Progresso Editora, 1958.

ALMEIDA, Gilberto Wildberger de. *Política e mídia na Bahia – com ênfase na trajetória de Antonio Carlos Magalhães*, 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia.

ALMEIDA, Rômulo de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Revista de Economia e Finanças*, [S.l.], n. 2, 1951.

ALMEIDA, Rômulo de. *Rômulo: voltado para o futuro*. Fortaleza: BNB, 1986. Entrevista concedida a grupos de trabalho da Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia – Coordenados pelo prof. Joviniato Neto.

- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. *Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica*, 1975. Dissertação. (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia.
- BONFIM, Whashington. *Qual mudança? Os empresários e a americanização do Ceará*. 1999. Tese (Doutorado) IUPERJ.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Origens da expansão periférica de Salvador. *Revista Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 2, 1978.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador, In: VALADARES, L. P. (Org.), *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. (Biblioteca de ciências sociais).
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. A regionalização da grande indústria no Brasil: Recife e Salvador na década de 70. *Revista de Economia Política*, [S.l.], v. 5, n. 3, 1985.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Baiano - nacional – A formação de uma língua franca no Brasil contemporâneo. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 149, 1994.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difel, 1973.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CARVALHO, José Murilo de. As metamorfoses do coronel. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06 maio. 2001.
- CARVALHO NETO, Jovinião de. Efeitos de uma renúncia. *Correio Brasiliense*, Brasília, 03 jan. 2001.
- CHARLOT, Jean. Os partidos políticos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- CORDEIRO, Maria Consuelo Saphira. *ACM, uma história em andamento*. 1997. Inédito.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal, In: _____. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2.ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Meio século de ACM. *Conjuntura Política*, [S.l.], n. 26, 2001.
- DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Espelhos na penumbra: o enigma soteropolitano – ensaio e bloqueio da autonomia política de Salvador (1947-1959)*. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. Poder político na cidade e transformações recentes em Salvador, In: GORDILHO SOUZA A. (Org.) *Habitar contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90*. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/Lab-Habitar, 1997.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. Caminhos e atalhos: autonomia política, governabilidade e governança em Salvador, In: IVO, A. B. L. (Org.). *O poder da cidade*. Salvador, Edufba, 2000.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. ACM – um incômodo espelho. *Correio Brasiliense*. Brasília, 21 maio. 2001.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Carlismo e oposição na Bahia pós-carlista*. Disponível em <www/apicucos.fundaj.gov.br/observanordeste/obed003j.html>, 2002.

- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. v. 3.
- FRANCO, Ângela Maria de A. Não só de referência cultural (sobre)vive o centro de Salvador, In: GOMES, M. A. A. F. (Org.). *Pelo Pelô - história, cultura e cidade*. Salvador, Edufba, 1995.
- GORDILHO SOUZA, Ângela Maria. *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador: 1946-1989*, 1990. Dissertação (Mestrado).
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia: 1930 a 1964*. 1982. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Estrutura e formação das classes sociais na Bahia. *Caderno CRH*, Salvador, n. 2, 1987.
- GUIMARÃES, Maria do Carmo L. *Descentralização da saúde, interesses e conflitos decisórios: o processo de decisão nas instâncias colegiadas estaduais - Bahia 1993-1998*, 2000. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia.
- IVO, Anete Brito Leal. *Metamorfose da questão democrática*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- MAITEDI, Maria Raquel; BRITO, Marúzia; BARRETO, Sueli. Salvador: o processo de urbanização, In: BAHIA. Governo do Estado. Habitação e urbanismo em Salvador. Salvador: Seplantec/CPE, 1979.
- MOORE JR, Barrington . *As bases sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- NUNES, Edson. *Gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: ENAP, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido - classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de; REICHSTUL, Phillipe. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 4, 1973.
- OLIVEIRA, Nelson de. Sob o manto da concórdia: Bahia como contrafação do moderno, In: OLIVEIRA, N. et al (Orgs.), *A outra face da moeda: violência na Bahia*. Salvador: Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000.
- RISÉRIO, Antonio. Uma teoria da cultura baiana, In: _____. *Caymmi, uma utopia de lugar*. São Paulo: Perspectiva; Salvador: Copene, 1993. (Coleção debates, n.253).
- RISÉRIO, Antonio. *Uma história da cidade da Bahia*. Salvador: Omar G, 2000.
- RUBIM, Antonio Albino C. *ACM: poder, mídia e política*. 2001. Avulso.
- SANTOS, Milton. O papel metropolitano da cidade do Salvador. In: CONFERÊNCIA INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA - Seção da Bahia, 1956. Datil.

SANTOS, Reginaldo; OLIVEIRA, J. Carlos. Notas preliminares sobre o padrão de intervenção do Estado da Bahia (1955-1980). *Revista de Administração Pública*, [S.l.], v. 22, n. 2, 1988.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A práxis liberal no Brasil, In: _____. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SOUZA, Celina. The case of the Bahia's State, In: _____. *Constitutional engineering in Brazil: the politics of federalism and decentralization*. London: McMillan; N.York: St.Martin's Pressing, 1997.

SOUZA, Celina. Federalismo e conflitos distributivos: disputas dos Estados por recursos orçamentários federais. *Dados*, Rio de Janeiro, v.46, n.2, 2003.

SOUZA, Guaraci A. de; FARIA, Vilmar (Orgs.), *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980.

SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecno-burocracia: capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1986.

TAVARES, Luís Henrique D. *O problema da involução industrial da Bahia*. Salvador: UFBA, 1966.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia, Análise e Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, jun., 2000. Leituras da Bahia II.

VIANA FILHO, Luís. *Petroquímica e industrialização da Bahia (1967-1971)*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

VIANNA, Luiz Werneck. *Estudos – sociedade e agricultura*, 1994.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: _____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo Brasil*. [S.l.], Revan, 1997a.

VIANNA, Luiz Werneck. O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci, In: _____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo Brasil*. [S.l.], Revan, 1997b.

WEBER, Max. A política como vocação, In: _____. *Ciência e política: duas vocações*. Brasília: EdUNB, 1985.